



PEDRO ERNESTO SANTOS NEVES

**NARRATIVAS DA PESSOA SURDA SOBRE A HISTÓRIA DE
UMA CIDADE MINEIRA:
ANÁLISE À LUZ DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO FUNCIONAL.**

**LAVRAS- MG
2022**

PEDRO ERNESTO SANTOS NEVES

**NARRATIVAS DA PESSOA SURDA SOBRE A HISTÓRIA DE UMA CIDADE
MINEIRA: ANÁLISE À LUZ DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO FUNCIONAL.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Letras, área de concentração em Estudos analítico-descritivos de língua/linguagem e suas tecnologias, para a obtenção do título de Mestre.

Prof^ª. Dr^ª. Tania Regina de Souza Romero
Orientadora

**LAVRAS – MG
2022**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Neves, Pedro Ernesto Santos.

Narrativas da pessoa surda sobre a história de uma cidade mineira : Análise à luz da linguística Sistêmico-Funcional / Pedro Ernesto Santos Neves. - 2022.
78 p.

Orientador(a): Tânia Regina de Souza Romero.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Lavras, 2022.
Bibliografia.

1. Libras Acessibilidade. 2. Narrativa e identidades. 3. Linguística Sistêmico-Funcional. I. Romero, Tânia Regina de Souza. II. Título.

PEDRO ERNESTO SANTOS NEVES

**NARRATIVAS DA PESSOA SURDA SOBRE A HISTÓRIA DE UMA CIDADE
MINEIRA: ANÁLISE À LUZ DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO FUNCIONAL**

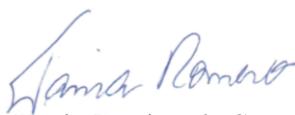
**NARRATIVES OF THE DEAF ABOUT THE HISTORY OF A CITY IN MINAS
GERAIS: ANALYSIS IN THE LIGHT OF SYSTEMIC FUNCTIONAL LINGUISTICS.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Letras, área de concentração em Estudos analítico-descritivos de língua/linguagem e suas tecnologias, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 17 de novembro de 2022

Dr^a. Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira Almeida - UFCAT

Dr^a Josiane Marques da Costa - UFLA



Prof^a Dr^a. Tania Regina de Souza Romero
Orientadora

**LAVRAS – MG
2022**

AGRADECIMENTOS

Uma força maior que me guia, a qual eu direciono as minhas orações, em silêncio.

À Tania, minha professora e orientadora, que acreditou na potencialidade do projeto e me afiançou créditos para ser seu orientando no Mestrado. Ter sido orientando de Tania foi um imenso privilégio. Suas orientações e seus estímulos me projetaram para lugares que jamais eu imaginaria estar, o que tem me feito acreditar em um futuro promissor.

Nos quais eu ancorei desde o nascimento: Meus pais; aos que eu tenho apoio fraterno: Meus irmãos Caio e Carla.

Aos amigos que a vida foi conduzindo para junto de mim e que os conservo sempre ao meu lado, mesmo aqueles que estão distantes fisicamente.

Agradeço, especialmente, a Rafael Guilherme, que tomou conhecimento do meu sonho, pegou em minhas mãos e me ajudou a realizá-lo. Rafa me apresentou a UFLA e me auxiliou com todo o processo seletivo do mestrado, desde o projeto até a inscrição. Você é massa!

Às professoras Tânia, minha professora do primário; Cinara Bonfim, minha professora de Libras que são parte de quem eu sou hoje e que as carrego como referência e inspiração para que, num futuro não muito distante, eu sempre (re)busque as suas formas de fazer a Docência.

Aos meus colegas de trabalho, que estiveram sempre presentes nesse tempo de construção coletiva do conhecimento e que me deram suporte quando precisei ajustar meus horários de trabalho em função das minhas atividades da pós-graduação.

Às pessoas surdas que se dispuseram a colaborar com esta pesquisa. A participação de vocês foi de imensa importância. Este trabalho foi possível com vocês e pensando na comunidade surda.

À UFLA, em especial ao Programa de Pós-graduação em Letras, que no contexto da pandemia e com os trabalhos ainda remotos, possibilitou o ingresso no Mestrado e me permitiu ter a juncundidade de colaborar com este trabalho.

Muito, muito, muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho é subsidiado pela Linguística Sistêmico-Funcional elaborada por Halliday e Matthiessen (2004), discutido por Fuzer e Cabral (2014), quanto ao Sistema de Transitividade. Traz os pressupostos teóricos da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e questões associadas à Cultura e identidades Surdas elaboradas por Perlin (1998), Gesser (2009), Reis (2006), sobre o Tradutor e intérprete de Libras conforme as legislações existentes e conceitos de Inclusão, de acordo com a Organização das Nações Unidas (2016), Oxoby (2009) e Sasaki (1997). As Narrativas e Identidades por Bruner (1990), Berthes (2011), Letouzé (2019), Romero (2020) ressaltam a importância das narrativas na vida humana, portanto foram ponto de partida deste estudo. A pesquisa teve como objetivo geral identificar o que as pessoas surdas sabem sobre a história da cidade em que moram e como, na visão deles, podem ter mais acesso aos locais históricos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Natural - IPHAN. Os objetivos específicos visam verificar o que os surdos sabem sobre a história da sua cidade; saber o que estas pessoas sugerem para terem acesso à história; e identificar na linguagem, com base no sistema da transitividade, quais os significados construídos nas respostas dos surdos às perguntas da entrevista. A pesquisa é ancorada na perspectiva qualitativa (Minayo, 2010), devido à análise linguística, e é quantitativa (Fonseca, 2002) por usar os dados numéricos dos elementos de transitividade para referendar linguisticamente as interpretações dos dizeres dos entrevistados. A análise dos relatos está dividida em 3 macrocategorias, a saber: 1) O que as pessoas surdas sabem sobre a história da sua cidade; 2) Quais são as dificuldades enfrentadas pelos surdos; 3) Sugestões de acessibilidade. Com base nas análises dos relatos, percebe-se que as pessoas surdas não conhecem a importância e a história da sua própria cidade devido à falta de acessibilidade linguística. Isto reforça a necessidade de se debater sobre a importância das políticas públicas para que grupos minoritários não sejam segregados. Sugere-se como intervenção de acessibilidade linguística o uso de vídeos acessíveis em Libras sobre a história da cidade em pontos turísticos e disponibilizados em plataforma digital, o que vai ao encontro de práticas adotadas em outros museus como o Espaço do Conhecimento, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e visita teleguiada do Museu Amanhã do Rio de Janeiro, por exemplo. A análise linguística de transitividade indica expressivos quantitativos de processos existenciais que avaliza a falta de acessibilidade linguística para as pessoas surdas nos lugares em que há visitação turística, além da ênfase no desejo por parte dos colaboradores em usufruir desses espaços, comprovados linguisticamente pelo processo mental desiderativo. Esta pesquisa possibilitará reflexões sobre a necessidade e a importância da acessibilidade linguística para as pessoas surdas e, sendo assim, instiga a criação de algum instrumento legal que cumpra as legislações já existentes, estimulando outros eventos e movimentos que abarquem a língua do povo surdo.

Palavras-chave: Libras; Linguística Sistêmico-funcional; Acessibilidade; Identidade; Narrativa.

ABSTRACT

This paper is subsidized by Systemic-Functional Linguistics elaborated by Halliday and Matthiessen (2004), discussed by Fuzer and Cabral (2014) regarding the Transitivity System. It brings the theoretical assumptions of the Brazilian Sign Language (Libras) and issues associated with Deaf Culture and identities as elaborated by Perlin (1998), Gesser (2009), Reis (2006), about the Translator and Interpreter of Libras according to the existing legislations and concepts of Inclusion, based on the United Nations (2016), Oxoby (2009) and Sasaki (1997). Narratives and Identities by Bruner (1990), Berthes (2011), Letouzé (2019), Romero (2020) highlight the importance of narratives in human life, which justifies the starting point of this study. The research had as a general objective to identify what deaf people know about the history of the city where they live in and how, in their view, they can have more access to the historical sites listed by Institute of Historical and Artistic Heritage - IPHAN. The specific objectives aim to verify what deaf people know about the history of their city; to know what these people suggest to have access to history; and to identify in language, based on the transitivity system, what meanings are constructed in the responses of deaf people to the interview questions. Therefore, the research is grounded in the qualitative perspective (Minayo, 2010) of the interviews are analyzed linguistically, and is quantitative (Fonseca, 2002) because it uses the numerical data of the transitivity elements to back up linguistically the interpretations of the interviewees' sayings. Analysis of the reports is divided into 3 macro categories, namely: 1) What deaf people know about the history of their city; 2) What are the difficulties faced by the deaf; 3) Suggestions for accessibility. Based on the analysis of the reports, it can be seen that deaf people do not know the importance and history of their own city due to lack of linguistic accessibility. This reinforces the need to discuss the importance of public policies so that minority groups are not segregated. It is suggested as an intervention of linguistic accessibility the use of accessible videos in Libras about the history of the city and other tourist attractions and made available on a digital platform, which is in line with practices adopted in other museums such as the Espaço do Conhecimento, from the Federal University of Minas Gerais (UFMG), and the guided tour of the Museu do Amanhã (Museum of Tomorrow) in Rio de Janeiro. The linguistic analysis of transitivity indicates significant amounts of existential processes that endorse the lack of linguistic accessibility for deaf people in places where there is tourist visitation, besides the emphasis on the desire by the collaborators to enjoy these spaces, linguistically proven by the desiderative mental process. This research will enable reflections on the need and importance of linguistic accessibility for deaf people and, thus, instigations on the creation of some legal instruments that meet the existing laws, stimulating other events and movements that cover the language of deaf people.

Keywords: Libras; Systemic-Functional Linguistics; Accessibility; Identity; Narrative.

LISTA DE SIGLAS

CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética.

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa.

COPPE/UFRJ - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

LSF – Linguística Sistemico-Funcional.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PROLIBRAS – Proficiência em Língua Brasileira de Sinais.

PUC - Pontifícia Universidade Católica.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

TILS – Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais.

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais.

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Complexo Sistêmico-Funcional por Halliday.	32
Figura 2: Ilustração da cultura surda.	33
Figura 3: Tipos de processos nas orações.....	36
Figura 4: Canal do Espaço do conhecimento, no Youtube, com Intérprete de Libras.	49
Figura 5: Site do Museu da Pessoa com acessibilidade em Libras.	49
Figura 6: Site do Museu do Imigrante e o avatar do software VLIBRAS.	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tabela de sistemas de discurso.....	35
Tabela 2: Tipos de processo mental.	39
Tabela 3: Tipos de processo relacional.	40
Tabela 4: Tipos de processo verbal.	41
Tabela 5: Exemplo de oração existencial.	41
Tabela 6: Tipos de processos e seus participantes.	42
Tabela 7: Identificação dos colaboradores da pesquisa.	46
Tabela 8: Identificação dos processos, participantes e circunstâncias desse trabalho.	63

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Cultura, identidades e inclusão de pessoas surdas	14
2.1.1 Sobre cultura e identidades de pessoas surdas	14
2.1.2 Sobre Inclusão de surdos e direito social.....	19
2.2 O Tradutor e Intérprete de LIBRAS	22
2.3 Narrativa e Identidades	26
2.4 Linguística Sistêmico-Funcional	30
2.4.1 Metafunção Experiencial	35
3. METODOLOGIA	43
3.1 Caracterização da pesquisa	43
3.2 Colaboradores	45
3.3 Procedimento de coleta das narrativas.....	45
3.4 Procedimento teórico-metodológico	47
4. DISCUSSÃO DOS RELATOS	51
4.1. Macro categoria 1: Como as pessoas surdas conhecem ou identificam os lugares históricos.	51
4.2 Macro categoria 2: Dificuldades enfrentadas pelas pessoas surdas.	54
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICES	75
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	75
APÊNDICE B - RESPOSTAS ÀS ENTREVISTAS	76

1. INTRODUÇÃO

Apesar de ter me graduado em Publicidade e Propaganda pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - Uni FTC, em 2017, nunca trabalhei na área. Sempre tive trabalhos voltados à Libras. Meu interesse em Libras foi despertado quando eu iniciei meus estudos no ensino médio, em 2008. Estudei com quatro pessoas surdas e a presença do intérprete de Libras me despertava curiosidade em saber o que ele conversava com as alunas.

Meus estudos formais na Libras, entretanto, tiveram início somente em 2010, quando fiz um curso de Libras oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. O curso me deu uma boa base de conhecimento, porém, eu sempre me empenhei em complementar meus estudos, em casa, por conta própria. Além disso, passei a frequentar a associação das pessoas com deficiência do município de Brumado, no interior da Bahia, cidade em que eu nasci e fui criado, e participava de eventos voltados ao público surdo.

Em 2013, comecei a trabalhar formalmente como Tradutor e Intérprete de Libras, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, onde desenvolvi meu trabalho nos cursos de graduação, nos eventos da universidade, na TV da universidade e trabalhando com professores surdos. Em 2015, obtive a certificação de proficiência em tradução e interpretação da Libras, o PROLIBRAS, ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Desde 2019 venho colaborando como servidor técnico efetivo da Universidade Federal de São João del-Rei, na função de Tradutor e Intérprete de Libras.

A motivação deste trabalho partiu de uma visita guiada em uma cidade histórica de Minas Gerais. Percebi que não havia recursos de acessibilidade linguística para pessoas surdas. Em uma breve conversa com o guia de turismo que nos apresentava a história da cidade, fiz algumas perguntas sobre acessibilidade linguística e ele me respondeu que não tinha conhecimento de visitas com esse perfil. Foi nesse momento que despertou o motivo e o desejo de pesquisar sobre o assunto.

Para entender melhor o questionamento levantado, é importante pontuar que no período setecentista, no Brasil (anos de 1700), o Estado de Minas Gerais foi de grande importância econômica pela significativa exploração do ouro, momento também em que ocorreu importantes momentos que fazem parte da mudança política do estado, como, por exemplo, a Inconfidência Mineira. Além disso, nesse período viveram ilustres personagens que foram autores de obras literárias que revolucionaram a literatura brasileira. A cidade histórica onde a pesquisa foi realizada foi uma das cidades da rota do ouro no período setecentista e, por isso, tem histórias importantes e necessárias de serem conhecidas.

Diante dos expostos, o objetivo geral deste trabalho é entender o que as pessoas surdas sabem sobre a história da cidade em que vivem e como, na visão deles, podem ter mais acesso aos locais históricos tombados pelo IPHAN. Já os objetivos específicos deste trabalho são: verificar, por meio das respostas a entrevistas, o que os surdos sabem sobre a história da sua cidade; saber o que eles sugerem para terem acesso à história; e identificar na linguagem, com base na transitividade, sistema derivado da Linguística Sistêmico-Funcional, quais os significados construídos nas respostas dos surdos às perguntas da entrevista.

Com base nos objetivos, as perguntas que orientam a discussão dos relatos deste trabalho são: 1) O que as pessoas surdas sabem da história de sua cidade que é um marco histórico em Minas Gerais? 2) Quais são as sugestões dadas por eles? 3) Quais os significados prevaletentes nas falas dos surdos traduzidas para o português sobre a questão, por meio de instrumental oferecido pela Linguística Sistêmico-Funcional? 4) O que a pesquisa indica como possibilidade de intervenção de acessibilidade comunicacional em pontos históricos tombados pelo IPHAN na cidade alvo?

Este trabalho baseia-se na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional, teoria organizada e sistematizada por Michael Alexander Kirkwood Halliday e desenvolvida por seus seguidores. Para a análise das narrativas geradas nas entrevistas, apoiou-me na metafunção ideacional, uma vez que ela, conforme explicam Martin e Rose (2005), visa a trazer à tona os significados sobre o conteúdo do discurso, além de focar como é possível interpretar nossa experiência de realidade material e simbólica.

A construção deste trabalho perpassa pela discussão da cultura e as identidades das pessoas surdas para que leitores não familiarizados com o assunto conheçam sobre como os surdos interagem em seus grupos, como se organizam culturalmente e como é ser surdo em uma sociedade de maioria ouvinte. Aborda, ainda, a inclusão de pessoas surdas nos diversos contextos e desenha o percurso laborativo dos profissionais tradutores e intérpretes de Libras, profissionais que exercem um papel fundamental na mediação da comunicação entre pessoas surdas e pessoas ouvintes.

Vale pontuar que, embora existam instrumentos legais que dão garantia à acessibilidade linguística, em Libras, para pessoas surdas, essas leis não são usadas como referência para criar políticas públicas locais de acessibilidade. É, portanto, necessária a mobilização e a manifestação da comunidade surda com vistas à criação de leis que possam efetivar a acessibilidade linguística.

Além disso, faço exposição sobre a importância da narrativa e de como ela está impregnada na vida humana, influenciando na (re)construção das identidades. Por fim, a análise linguística é realizada pelo sistema de transitividade da Linguística Sistêmico-Funcional para referendar as interpretações com base no discurso dos colaboradores surdos.

Quanto aos procedimentos metodológicos, este trabalho contou com a colaboração de cinco pessoas surdas, nascidas e que ainda vivem na cidade em que ocorreu a pesquisa. Todas as pessoas são maiores de 20 anos e cada uma delas tem níveis de escolaridade diferentes. Todas as entrevistas aconteceram pela plataforma *Google Meet*, em Libras, mediadas por mim e elaborei um roteiro de perguntas para facilitar a condução do trabalho. As entrevistas aconteceram remotamente em face do contexto da pandemia da Covid-19, em que a norma era respeitar as regras sanitárias. Devo mencionar que todas as entrevistas foram gravadas com consentimento dos colaboradores, o que viabilizou a tradução dos vídeos da Língua Brasileira de Sinais para o Português na modalidade escrita.

Este trabalho é de cunho qualitativo e quantitativo. É qualitativo porque envolve as narrativas das algumas pessoas surdas voluntárias e sua análise independe de números que visam a generalizações. É quantitativo porque houve a contagem dos elementos linguísticos identificados pelo sistema de transitividade, ou seja, foram identificados processos, participantes e circunstâncias, conforme discutido no item 2.3.

Em suma, apresento este trabalho como uma investigação linguística de acessibilidade, como uma análise discursiva da língua em uso, utilizando a tradução de Libras para o português, a partir de um contexto específico e como uma crítica social, analisada com profundidade a partir dos aportes teóricos mencionados e com apoio na Linguística Sistêmico-Funcional.

Na discussão teórica, a seguir, abordarei aspectos especialmente pertinentes ao desenvolvimento desta investigação: a inclusão de surdos, o tradutor e intérprete de Libras, narrativa e identidades e a Linguística Sistêmico-Funcional.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, abordo os seguintes tópicos: Cultura, Identidade e Inclusão de Surdos¹, O tradutor e Intérprete de Libras, Narrativa e Identidades e a Linguística Sistêmico-Funcional. Eles são pertinentes ao estudo pois cada tópico aborda elementos

¹ Surdo com S maiúsculo é usado para representar o surdo como sujeito cultural e político; e o surdo com s minúsculo para se referir à perda auditiva. (Wilcox, 2005). Em 1972, James Woodward diferenciou o “s” do “S” a partir de estudos sociolinguísticos. Fonte: WRIGLEY (2006).

fundamentais para o entendimento da importância da inclusão, de como as narrativas são constituídas e como são reveladoras de identidades, e também aborda a Linguística Sistêmico-Funcional que, neste trabalho, é o instrumento de análise linguística para validar discursivamente as interpretações.

Falar sobre inclusão social é muito amplo, visto que incluir é um processo que abraça todas as populações. Em especial, tratarei da inclusão social das pessoas surdas, abordando a conquista e a luta por direitos, apontando leis que garantam direito ao acesso linguístico por meio da Libras, sua língua primária e, ainda, refletindo sobre processos educacionais que fazem parte das conquistas.

O tópico de narrativas, identidades e construção identitária aponta o que é a narrativa, como ela se constrói e a sua importância. Já a parte de identidade se ocupa em mostrar a sua relevância nos processos da constituição do ser social e o seu reconhecimento identitário a partir da língua, das relações sociais e quem é o ser social na sociedade

Por fim, tratarei da Linguística Sistêmico-Funcional, uma vez que é pela Gramática Sistêmico-funcional que as narrativas dos colaboradores surdos são analisadas, com foco na metafunção experiencial, com base nos estudos de Halliday (2004) e seus seguidores.

2.1 Cultura, identidades e inclusão de pessoas surdas

Esta seção aponta os conceitos de cultura e identidade surda e a inclusão de surdos a partir de uma discussão teórica e de ordenação jurídica.

2.1.1 Sobre cultura e identidades de pessoas surdas

Ao mencionar cultura, geralmente a representação está ligada às práticas simbólicas da pintura, literatura, música, dança, língua, religião, ideias, modos de agir, vestir, pensar e muitas outras modalidades representativas. Diante disso, Poche (1989) considera que o entendimento de cultura dar-se-á por meio de esquemas de percepção e interpretação que um grupo produz por meio do seu discurso sobre sua relação com o mundo e com o conhecimento, ou outra posição equivalente. O autor ainda reputa que a língua é um recurso de grande importância na produção de cultura. A língua simboliza, cria e faz circular sentido, produzindo, permanentemente, interação social.

A ideia de cultura surda comumente encontrada em literaturas empossa a diferença entre pessoas surdas e pessoas ouvintes, enfatizando um discurso de desigualdade que os distanciam e reforça sempre a diferença funcional e apaga a sua capacidade.

Pelo prisma socioantropológico, Sá (1999) defende reconhecer as variedades das especificidades culturais que são ressaltadas por meio dos hábitos, da língua, dos modos de socialização e de funcionamento cognitivo. O autor acredita que “incentivar a coletividade possibilita perceber a diferenciação linguística, um elemento primordial para o desenvolvimento cognitivo da subjetividade, da expressividade e da cidadania da pessoa surda” (p.157-158). Coerentemente, Bergamo e Santana (2005) ressaltam que o guarda-chuva da cultura surda comporta literatura específica, teatro, dança, contos de fadas, fábulas, romances, anedotas, jogos de mímica.

A manifestação do conceito de cultura surda aparece, em primeiro plano, ligada à Língua de Sinais e aos mecanismos facilitadores e mediadores de interação e acessibilidade como, por exemplo, babá eletrônica, campainhas que acendem luz, uso de redes sociais que facilitam a comunicação, piadas e tantos outros.

Kozlowski (2000), por sua vez, acredita que na educação bilíngue é possível perceber características da cultura surda. O bilinguismo e o biculturalismo andam juntos, devido ao fato de o biculturalismo abranger um conjunto de referências à história das pessoas surdas, de significações simbólicas através do uso de uma única língua e na elaboração de um meio de se comunicarem para relacionarem na sociedade. neste trabalho não cabe aprofundar sobre os estudos da educação bilíngue, sugiro este campo como uma leitura complementar a partir dos estudos de Skiliar (1998).

Cabe pontuar que através da linguagem nos diferenciamos dos animais e somos identificados como seres humanos. Nessa perspectiva, Vygotsky (1998) afirma que a linguagem é o principal instrumento de expressão de pensamentos e manifestação psicológica de grande importância para a constituição das funções cognitivas superiores. Embora a linguagem seja tão importante, a cultura não se restringe somente à língua. Bergamo e Santana (2005) acrescentam que “somente a Língua não totaliza uma cultura (p.573)”.

Com essa afirmação, é apontada a necessidade em debruçar-se para entender melhor qual o papel da linguagem na constituição da identidade das pessoas surdas. Nesse contexto, inserem-se as organizações, cultura, língua, linguística, denominando o conceito de Cultura Surda. Esse conjunto de elementos oferta condições para a construção da subjetividade e identidade das pessoas surdas e, assim, investigá-las.

Perlin (1998), anteriormente, já trazia à luz o conceito de identidade cultural que é um conjunto de características que definem um grupo e que contribui na construção do sujeito. O surdo se constitui em um espaço social observando-se diferente neste espaço. Define-se espaço social a cultura ouvinte, ambiente que construiu e consolidou um estereótipo capacitista para o surdo.

Continuando a percorrer pelos caminhos da construção identitária por meio de uma cultura, cabe apresentar que os surdos vivem em um mundo sensorialmente visual-gestual. Ao contrário das pessoas ouvintes que experimentam e conhecem o mundo através de canais auditivos, os surdos desenvolvem-se cognitivamente, totalmente, através da visão, em face do impedimento da experiência auditiva.

A grande maioria das pessoas surdas nascem e vivem em um ambiente que não proporciona o acesso à convivência com seus pares e isto é descrito por Perlin mais a frente nas identidades surda. O ambiente linguístico e cultural das pessoas ouvintes pode apresentar grandes consequências no desenvolvimento intelectual, social e emocional das pessoas surdas. A aquisição de uma língua, nesse caso a Libras, é fundamental para o desenvolvimento de uma identidade, além do desenvolvimento cognitivo, linguístico e social (Negrelli e Marcon, 2008).

Somos seres que convivem em sociedade e a comunicação é de extrema importância para construir relações, identificar-se, interagir plenamente, tendo condições de apresentar uma identidade cultural. O acesso dar-se-á por meio do processo de alfabetização, não limitando a isso, mas abrangendo um conjunto de crenças e conhecimentos a todos.

A construção cultural anda de mãos dadas com a construção da identidade. Muitas vezes as pessoas surdas transitam entre a cultura ouvinte e a cultura surda, mas a sua identidade se constitui, de fato, tendo consciência de necessitar de recursos visuais para se apresentar no mundo. Essa identidade é chamada de identidade flutuante, em que Skiliar (1998) lembra que o surdo não está dentro dessas duas comunidades por falta de comunicação ou por falta da Língua de Sinais. Essa transição entre comunidades favorece a construção da identidade com partículas das diversas identidades que compõem esses grupos.

Do ponto de vista social, a identidade realiza-se no espaço das relações, em um processo dinâmico. “É um processo de constante construção e desconstrução.” (Maheirie, 1994, p. 65). A característica que difere os surdos dos ouvintes é de importância linguística e de identidade cultural. Essa diferença é carregada de sentido nas trocas sociais. Guareschi (2000), a propósito, evidencia que as relações culturais e sociais constituem a identidade das pessoas.

Historicamente, os surdos sempre foram considerados de menor importância social, devido à falta de capacidades humanas como falar e ouvir. Levando-se em consideração essas características da “virtude humana” que os surdos não apresentam, questionava-se sua cultura e suas identidades.

Deve-se trazer à discussão, portanto, a questão de identidades. Para Silva (2000), a identidade é uma relação social sujeita a força e relação de poder. Essa sujeição de força e poder implica em uma tentativa de normalização para seguir um padrão social de identidade, atribuindo características positivas, colocando características de pessoas com deficiência em um plano inferior ao que se dita normal. O que coordena a representação das identidades, num processo de compreensão dessa pluralidade é, para Silva (2000), um sistema linguístico e cultural indeterminado e arbitrário que está diretamente conectado com as relações de poder.

Admite-se pensar que uma pessoa precisa assumir identidades diferentes em contextos variados. As identidades, todavia, nem sempre são escolhas de livre arbítrio, visto que as relações simbólicas de poder determinam essa escolha através de práticas discursivas, segundo Santana (2007, p. 42). Essa construção discursiva da relação de poder influencia na constituição da identidade de forma impositiva e disputada.

A identidade, importa destacar, é construída na diferença com o outro, conforme pontuam Urenha e Jesus (2018):

é a partir do outro que o autoconceito se produz, ou seja, é pelas relações sociais que cada um se reconhece como um sujeito singular. Nesse caso, a diferença é aquilo que o outro é e eu não sou, já que, à medida que se afirma ser surdo, automaticamente, se nega a condição de ouvinte (p.6).

Anteriormente a essa discussão, Perlin (1998) classificou a identidade surda em quatro diferentes características: identidades surdas híbridas, identidades surdas de transição, identidades surdas incompletas e identidades surdas flutuantes.

A identidade surda híbrida é identificada quando as pessoas surdas não têm contato com a comunidade surda, não se identificam como pessoas surdas e seguem a cultura e a identidade das pessoas ouvintes.

A identidade surda de transição tem como característica pessoas surdas que se afastaram da comunidade surda e perderam o contato com seus pares. A transição acontece no processo de redescoberta da sua identidade a partir da vivência com pessoas surdas, tomando posse da língua gestual-visual e deixando a comunicação visual-oral.

Na identidade surda flutuante as pessoas surdas não têm contato com a comunidade surda, se identificam com a cultura ouvinte, buscam pela oralidade, usam tecnologias que permitem a reabilitação oral e não se identificam como surdos.

As pessoas surdas que mudam de país ou estado têm identidade surda de diáspora. A identidade que é identificada por apresentar surdez leve à moderada, que valoriza o uso do aparelho auditivo, busca pela oralidade e não aceita acessibilidade comunicacional por meio de intérprete de Libras. É chamada de identidade surda intermediária.

A identidade surda embaçada tem como característica pessoas surdas que são aprisionadas pela família, não têm conhecimento da cultura surda, não usam a Língua de sinais, não compreendem a fala e são tratadas de forma capacitista.

Em vista do exposto sobre as várias identidades, cada surdo tem as suas identidades e cultura própria. Gesser (2009) reforça que o surdo tem poder de fala e existência cultural e identitária. Todavia, a existência do surdo não se limita a saber em qual cultura vive e a qual identidade pertence, visto que o seu reconhecimento na sociedade é o mais importante.

Lembre-se que todas as pessoas conseguem manifestar sua presença em uma cultura. Se uma pessoa surda usa o seu conhecimento na criação de uma peça na arte cerâmica, ela transfere seus sentimentos e seu conhecimento de mundo no objeto em construção. Essa construção faz parte de uma identidade que está em constante evolução.

A representação da pessoa surda está intimamente ligada sobre uma cultura e a sua identidade e, conseqüentemente, está presente entre o povo surdo. Nesse viés, Reis (2006) denomina o povo surdo como “uma estratégia de poder, de identidade. (p.19)”. Os elementos constituintes nessa relação de poder e identidade são

as associações, organizações locais, nacionais e mundiais de surdos, as lutas, a cultura e as políticas. E uma representação simbólica não como uma simples comunidade a quem podem impor regras, mas como uma estrutura forte que se defende, impõe suas próprias regras, seus próprios princípios (p.19).

Essa configuração organiza os surdos na sociedade, permitindo que a comunidade alcance discussões na seara política e social, inserindo suas habilidades no exercício da cidadania.

Portanto, discutir e conhecer as identidades e a cultura surda colabora para que os diálogos sobre inclusão das pessoas surdas sejam direcionados adequadamente. Sendo assim, o próximo tópico aborda a inclusão da pessoa com deficiência e o tradutor e intérprete de Libras.

2.1.2 Sobre Inclusão de surdos e direito social.

Valorizar pessoas por meio de iniciativas de inclusão é um ponto que vem sendo incluído e discutido nas pautas da educação, da socialização, do acesso à saúde, do direito à comunicação, do direito de ir e vir, dentre vários outros temas importantes inerentes ao direito social. A conexão entre os campos do conhecimento e saberes motivam a discussão da inclusão dos indivíduos na sociedade com o objetivo de assegurar o usufruto do gozo de ir e vir, independente das condições físicas, econômicas e sociais. Em consequência, a Lei Brasileira de inclusão (LBI), nº 13.146 de 2015, é resultado de discussões que se iniciaram décadas antes.

A declaração universal de direitos humanos, instituída em 1948, levanta a valorização dos indivíduos. Essa declaração resulta de um estudo da Organização das Nações Unidas (2016) que permitiu visualizar que em todo o mundo muitos grupos ainda se encontram em situações adversas a uma efetiva participação na vida econômica, social e política nos seus países.

A inclusão social é definida como um processo de melhoria das condições e participação na sociedade (ONU, 2016; OXOBY, 2009; SASSAKI, 1997). Condições demográficas, tais como gênero, idade, sexo, raça, etnia e demais fatores) são priorizadas principalmente quando uma população que vive em condições marginalizadas necessita de ações que ampliam oportunidades, promovam condições de acessibilidade com os recursos necessários, permitam o direito de serem ouvidos e respeitem os direitos individuais e coletivos para que a inclusão seja efetiva (ONU, 2016).

Inclusão social implica participação e direitos iguais. Exclusão social leva à privação e à ausência de agentes controladores sobre questões que são pertinentes à inclusão, plantando o sentimento de alienação e inferioridade (ONU, 2016). Patrón (2018) acrescenta que inclusão e diversidade envolvem considerar grupos marginalizados, porém, esses grupos são pensados e destacados de maneira insuficiente, fazendo com que somente uma parcela destes seja evidenciada e outra parcela esquecida.

A construção de políticas públicas e planejamentos de ações de governo são de fundamental importância para que os passos do processo de inclusão social sejam dados. A inclusão acontece quando cada pessoa faz a sua parte individualmente (ONU, 2016).

Revedo-se a história, verifica-se que no Brasil, a carta magna dos direitos das pessoas consolida-se em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, que assume direitos fundamentais à população, considerando cinco princípios fundamentais: I - a

soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político.

No mesmo documento, no seu Art. 5º lê-se que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.” Embora as leis versem sobre igualdade de direitos, na prática elas não são cumpridas.

A lei 10.098/98 foi a mola propulsora que estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Logo depois, em 2002, a lei 10.436 foi sancionada, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e expressão. Em 2005, o Decreto 5.626 surge para a regulamentação da lei nº 10.436, considerando detalhes sobre a surdez e a pessoa surda; outra conquista para a comunidade surda foi o reconhecimento da profissão do profissional tradutor/intérprete de Libras, por meio da Lei nº 12.319, no ano de 2010. Por último, tem-se a Lei Brasileira de inclusão nº 13.146 de 2015, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

O exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência é ferido quando obstáculos impedem o curso de ir e vir, de falar, de se ser ouvido. Em suma, quando não há participação social.

Para contextualizar, cabe trazer um breve histórico sobre a pessoa surda no meio social. Em 360 a.C, os povos romanos, sob influência dos povos gregos, consideravam os surdos pessoas imperfeitas, sem direito ao convívio social. Com essa ideia, os surdos, ainda bebês e, especialmente os pobres, eram lançados ao rio Tibre. Com o passar dos anos, em 529 a.C, o imperador Justiniano determinou por meio de Lei que os surdos não teriam direito ao matrimônio, além de serem proibidos de receber heranças de familiares. Já Santo Agostinho, numa perspectiva religiosa cristã, entendia a surdez como pagamento de algum pecado cometido. De acordo com Silva (2008), “Na antiguidade, passando pelos gregos, pelos romanos e pela igreja, de Santo Agostinho até a Idade Média, os surdos eram considerados seres inferiores e, portanto, não tinham chance de salvação. (p.19)”.

Somente no fim da idade média e no início do período renascentista a surdez passou a ser vista como caso lógico da ciência e da medicina. A partir daí começaram a surgir os primeiros sinais de um alfabeto criado por Pedro Ponce de Leon. O ensino do alfabeto manual era somente para pessoas da nobreza da época. Já as pessoas mais pobres eram colocadas em asilos para conviverem com pessoas com as mais diversas origens e problemas, condicionando-as a uma anormalidade.

No decorrer da história, houve muitas proibições, segregação e morte das pessoas com deficiência. Para além do impedimento do convívio social, as pessoas surdas foram proibidas de usar as línguas de sinais por decisão da maioria ouvinte, no Congresso de Milão, na Itália, em 1880. Foram, então, postos em votação três métodos de educação, sendo: a oralização, a comunicação total e as línguas de Sinais, criado e defendido por Alexander Graham Bell.

Portanto, a proibição das Línguas de Sinais no mundo passou a promover maior exclusão das pessoas surdas, tendo em vista que nem todas as pessoas surdas conseguiam desenvolver a fala a partir do método oralista, o método que focava somente na oralidade, na tentativa de curar as pessoas da surdez.

No Brasil, a promoção e garantia da acessibilidade das pessoas com deficiência foi estabelecida em 1998 por meio da Lei 10.098, quando esta passa a “estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.”. Nessa Lei, há indicações da Língua Brasileira de Sinais - Libras como promoção de acessibilidade linguística, mesmo que o seu reconhecimento só foi dado em 2002, através da Lei 10.436. Segundo a Lei de reconhecimento da Libras,

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

O Decreto 5.626/2005 regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e a Lei 10.098/1998, considerando “a pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras”, além de estabelecer critérios como a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação de professores e instrutores de Libras, a formação profissional do tradutor e intérprete de Libras, garantindo direito de acesso à educação e saúde. Anos mais tarde, a profissão do tradutor e intérprete de Libras foi reconhecida por Lei no ano de 2010, através da Lei nº 12.319, conferindo sua competência linguística e profissional, normatizando sua formação e reconhecimento.

Destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com deficiência foi sancionada

em 2015, sob nº 13.146. De acordo com o parágrafo único, essa Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgado pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Ainda há tempo de considerar a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a qual garante que todo concurso público deve ter reservado 20% de suas vagas para portadores de necessidades, e na lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, determina que toda empresa com mais de 100 funcionários deve ter uma cota para a pessoa com deficiência que pode variar de 2 a 5% (BRASIL, 1999 a; 1999 b).

Nesse contexto de Leis, houve um grande progresso para garantir que as pessoas com diferença funcional/pessoas com deficiência sejam incluídas na sociedade.

O conceito de inclusão social é definido por Sasaki (1997) como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (p. 3).

A inclusão social é um processo no qual a adaptação é um processo obrigatório, haja vista que as pessoas com deficiência e as pessoas que não tem deficiência terão alguma dificuldade, seja ela de forma sensorial, motora ou comunicacional. Por isso, é fundamental que busque identificar barreiras e, assim, poder começar a construir uma sociedade equitativa e tirar as pessoas em situação de deficiência.

A acessibilidade linguística é mediada pelo Tradutor e intérprete de Libras. Assim, o próximo tópico traz o contexto histórico e legal do profissional. Além disso, mostra a importância desse trabalho no percurso educacional das pessoas surdas.

2.2 O Tradutor e Intérprete de LIBRAS.

Antes de conhecermos a história profissional do tradutor e intérprete de Libras, cabe saber como a Libras se desenvolve no Brasil e por isso, a apresentarei com uma visita histórica. Com a chegada do Professor Francês Ernesto Huet ao Brasil, acontece a criação da primeira escola de surdos no país, em 1857, na cidade do Rio de Janeiro, o atual Instituto

Nacional de Educação de Surdos – INES. A partir disso, a educação de surdos no Brasil foi se constituindo com a disseminação da Libras por todo território nacional.

Poucos anos antes, o Congresso de Milão, ocorrido em 1880, tinha como objetivo dialogar sobre ações educacionais para pessoas surdas, com representantes de vários lugares do mundo. Essa reunião estabeleceu, por unanimidade de votos, o oralismo como um método de alfabetização que acreditava que o aprendizado é mais eficaz quando ocorre a prática da fala. De acordo com os relatos de Araújo (2015), houve uma pausa de cem anos após o Congresso de Milão e somente na década de 1980 o trabalho dos tradutores e intérpretes de Libras ressurgiu nas instituições religiosas novamente.

A história da instituição do Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS) aconteceu com o trabalho voluntário que foi cada vez mais sendo reconhecido a partir do momento em que as pessoas surdas começaram a conquistar direitos de ocupar espaços, exercendo a sua cidadania. Conforme Quadros (2004), a participação dos surdos em debates sobre questões sociais foi fundamental para enaltecer o trabalho desse profissional. Quando a Libras alcançou o *status* de reconhecimento como língua, as pessoas surdas tiveram garantias de acesso na forma de direito linguístico. Diante dos acontecimentos, conseqüentemente, as instituições deveram garantir acessibilidade através do TILS.

Quadros (2004) faz uma retrospectiva em relação ao trabalho do TILS. O intérprete começa a aparecer nos contextos religiosos nos idos da década de 1980. Em 1988, a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) realizou o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, proporcionando uma vivência coletiva entre profissionais e possibilitando avaliações sobre questões éticas da profissão. Ainda conforme a autora, o II encontro ocorreu em 1992 e nesse encontro ocorreram discussões que encaminharam para a votação do primeiro regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes.

Nesse interstício, no dia 24 de abril de 2002, homologou-se a lei federal que reconhece a Libras como língua oficial das comunidades surdas do Brasil. Essa lei passou a representar fundamental importância para a formação do intérprete de Libras, bem como viabilizou oportunidades no mercado de trabalho. Essa lei, bem como outras anteriores, representa uma conquista singular para os movimentos instigados pela comunidade surda e facultada no reconhecimento do profissional. Além da Lei da Libras, vimos a Lei da acessibilidade (Lei 10.098/2000), o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução MEC/CNE: 02/2001), Portaria de Acessibilidade à Educação Superior (Portaria 3284/2003). A atuação

dos surdos na sociedade com participação nas atividades culturais e políticas resulta na oportunização da qualificação dos intérpretes de Libras.

O papel do intérprete, portanto, é realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e da língua sinalizada para a língua falada. É indispensável considerar os preceitos éticos da profissão, a saber: confiabilidade, imparcialidade, discrição, distância profissional e fidelidade. Esses preceitos conservam informações de falas que são proferidas pelas pessoas surdas e, assim, promove lisura na atuação de ambos. Há uma diferença entre tradução e interpretação. A tradução é realizada quando há um estudo prévio do assunto a ser tratado, já a interpretação é feita simultânea à fala, ao vivo.

A situação da educação e da acessibilidade comunicacional para as pessoas surdas começa a mudar a partir dessa lei, à medida em que se passa a pensar na formação de profissionais tradutores e intérpretes de Libras. A formação deste profissional deve acontecer para além da sala de aula. É necessário que estes profissionais imerjam nas comunidades surdas para que se tenha conhecimento de novos sinais, o uso dos sinais, compreender a importância do uso das expressões não-manuais, ou seja, o uso das expressões corporal e facial.

Gesser (2009) considera que o intérprete de Libras tem uma função valiosa na mediação entre a comunicação entre surdos e ouvintes. Grande parte dos intérpretes aprendem a Libras nos meios familiares, por convívio social e até mesmo em ambientes de contexto religioso, esse último sendo sua principal atuação voluntária.

Vale suscitar a “Interpretação comunitária”, termo que tem sua origem na Austrália, na década de 1970, conforme Chesher apud Pochhaker (1999), apontado por Estanislao (2021). Esse termo foi adotado e denominado como um “serviço público de interpretação” (POCHACKER, 1999, P.126). Estanislao (2021) destaca, a partir de Rodrigues (2020) que a interpretação comunitária não ocorre apenas nos contextos de serviços sociais, mas há a atuação dos intérpretes no turismo e no contexto midiático, por exemplo.

Além da interpretação comunitária profissional, existe também a interpretação *ad hoc*, que é a interpretação comunitária não profissional. As interpretações comunitárias feita por não profissionais acontecem, na sua maioria, por familiares ou por intérpretes sem formação, conforme Queiroz (2011) e Jesus (2013), destacados por Estanislao (2021).

Com o avanço das discussões sobre políticas públicas, a atuação do tradutor e intérprete de Libras passa a ganhar notoriedade, sendo vista como uma profissão de grande importância em diversos contextos. As políticas educacionais para a educação de surdos inserem, por conseguinte, o intérprete de Libras no Decreto 5.626/2005, em que a formação do tradutor e intérprete de Libras deve acontecer em cursos de nível superior, conforme o

artigo 17 deste decreto. Além disso, o artigo 21 determina que o tradutor e intérprete de Libras deve estar no quadro funcional das instituições de ensino básico e superior.

Ainda que a atuação dos intérpretes já aconteça há muitos anos, conforme apresentado anteriormente, o reconhecimento legal da atuação do TILS é recente e a demanda de trabalho vem apontando crescimento, mas ainda assim há ausência de profissionais em situações e contexto diferentes como, por exemplo, intérpretes no contexto jurídico.

Destaco que somente em 2010 a profissão de Tradutor foi reconhecida pelo governo federal através da Lei 12.319, no dia 1º de setembro. Essa Lei estabelece os critérios de formação do TILS, reconhece as competências do ato da tradução e da interpretação e aponta preceitos éticos da sua atuação. O reconhecimento da profissão garante mais qualidade laboral para os intérpretes e possibilita que as instituições se referenciem quanto à atuação do TILS.

Nantes (2012) comenta que as associações de tradutores e intérpretes de Libras criadas no Brasil sustentaram discussões relevantes para que a atuação dos intérpretes seja reconhecida e assegurada por instrumentos legais e legítimos. Atualmente, a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Línguas de Sinais, a FEBRAPILS, criada em 2008, fomenta o apoio às associações e discute formas de melhorias para a atuação do TILS nos diversos contextos, além de defender que insiram os profissionais nas políticas públicas. Desta forma, constrói-se a consolidação profissional.

Neste ano de 2022 celebro 12 anos que trabalho como tradutor e intérprete de Libras. Presenciei, por várias vezes, a ausência do TILS em diversos contextos, ainda que tenhamos leis que resguardam a acessibilidade linguística para as pessoas surdas ou para as pessoas que usam a Libras como meio de comunicação.

Infelizmente, no ano de 2019, o Governo Federal resolveu extinguir o cargo de Tradutor e intérprete de Libras, por meio do Decreto nº10.185/2019, publicado no dia 20 de dezembro de 2019. O cargo tinha como código de identificação o nº 701266. Essa atitude impede que as instituições de ensino solicitem abertura de concurso público para a função, o que acarreta em falhas no percurso educacional das pessoas surdas, tanto no ensino médio e superior ofertados pelos Institutos Federais (IF), bem como nas Universidades Federais (UF).

Na prática, após o desfeito do governo federal, a forma de contratação de profissionais tradutores e intérprete de Libras passa a ser por terceirização de serviço através de empresa privada. Os processos seletivos temporários asseguram 24 meses de

contrato do profissional. A terceirização, entretanto, tem sido julgada como uma forma de desvalorização da categoria em termos de salário, de qualidade de vida laboral e de qualificação profissional. Ademais, os processos seletivos não adotam um rigor nas avaliações práticas, o que acarreta na contratação de profissionais despreparados para o mercado, prejudicando os ganhos linguísticos e o conhecimento da pessoa surda.

A falta de intérpretes de Libras suscita prejuízos na interação entre pessoas surdas e pessoas que não conhecem a língua de sinais, os surdos não participam de atividades sociais, educacionais, culturais e políticas. Assim, os surdos não avançam nos termos da educação; não há grandes motivações para participar de eventos, encontros, reuniões, ou seja, as pessoas surdas não têm acesso às discussões e informações; os surdos não exercem sua cidadania.

Substancialmente, é preciso que se aceite a língua de sinais na sociedade e na educação de surdos. É fundamental que as pessoas surdas tenham oportunidades sociais, educacionais e vocacionais, bem como que haja um quantitativo de intérpretes correspondente ao quantitativo de surdos. Logo, há premência no investimento da qualificação e formação do tradutor e intérprete de Libras e no reconhecimento da necessidade dos serviços de intérprete.

Dessa maneira, tomando conhecimentos dos fatores que valorizam o profissional tradutor e intérprete de Libras, pode-se trilhar caminhos favoráveis ao senso de justiça, imparcialidade e de respeito à igualdade de direitos. Com o apoio do intérprete de Libras, as pessoas surdas terão seus direitos sociais preservados e, conseqüentemente, isso implicará na construção das suas identidades.

No item a seguir, passo a discutir a construção identitária por meio de narrativas.

2.3 Narrativa e Identidades

A narrativa está presente no cotidiano do ser humano. Há, a propósito, hipóteses de que as pinturas rupestres sejam manifestações do dia-a-dia dos povos primitivos. Essas pinturas permitem encontrar elementos que representavam os animais, a caça, as relações interpessoais.

Letouzé (2019) aponta que nos tempos atuais existem cursos disponíveis no mercado com o intuito de ensinar a arte narrativa e levanta o questionamento do porquê ensinar a narrar se o ato já nasce conosco. Partindo da afirmação de Letouzé, contar história é parte da natureza humana e sempre contamos histórias para os outros e para nós mesmos. Narrar acontecimentos ou criá-los possibilita construir relações. Para Rothfuss (2007, p.

658): “É como se todos contassem uma história sobre si mesmos dentro de sua própria cabeça. Sempre. O tempo todo. Essa história faz de você o que você é. Nós nos construímos a partir dessa história.”.

Conforme colocado por Bolívar, Domingo & Fernández (2001), nos posicionamos socialmente a partir da nossa linguagem, instrumento que media as nossas ações, e as narrativas das pessoas estruturam o modo de como constroem sentido. Ao encontro do posicionamento dos autores, Scliar (2007, p. 08) considera ser fundamental para facilitar nosso entendimento do mundo o ouvir e contar histórias e que a ação de contar histórias é inerente ao nosso genoma.

Ademais, segundo Barthes (2011), a narrativa é um ato presente na vida humana no tempo, nos lugares e na sociedade e “não há, em parte alguma, povo sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm suas narrativas. (BARTHES, 2011, p. 19).” O mesmo autor ainda advoga que a linguagem articulada em diversas modalidades sustenta a narrativa.

A partir da afirmação do autor, as narrativas podem se manifestar através de diversos gêneros literários, como, por exemplo, os contos, filmes, histórias em quadrinhos, romances, comédia, desenhos, fábulas ou parábolas, novelas, jogos eletrônicos, mitos, lendas, adivinhas, crônicas, seriados de televisão. São, ainda, expressas por diferentes meios: escritos, sonoros, audiovisuais e multimídia.

Deve-se lembrar que, na Teoria literária, os romances, os contos, as novelas, as crônicas e as fábulas são formas narrativas que inscrevem, na escrita dos seus enredos, acontecimentos que se aproximam da vida das pessoas, denotando paixões, crenças, conquistas e tantos outros artefatos que fazem parte da vida real.

É importante apontar as formas narrativas, tendo em vista que não existe uma única forma de acontecer o ato narrativo na estória. Pode-se citar como exemplo os romances que podem ser carregados de amor, de drama, medo, traumas e vários outros sentimentos. O conto, por exemplo, pode abraçar várias substâncias emocionais para contar um fato ou uma ficção. As crônicas, por sua vez, são mais comuns em contexto de imprensa, considerando a sua finalidade de narrar fatos do dia-a-dia. O grande valor do “Era uma vez...” apresenta a fábula, tendo como elenco do seu enredo as bruxas, as fadas, os príncipes e princesas, fantasiando e ilustrando situações na mente das pessoas.

É importante pontuar que toda narrativa se sustenta em cinco pilares: enredo, os personagens, o espaço, o tempo e o principal o narrador. Descreverei o que cada um desses representa para que se construa a narrativa.

O tema e o assunto estão entrelaçados na história. O assunto revela como o tema aparece no enredo. De acordo com Gancho (2004), é possível identificar tema e assunto nos fatos da história quando aparece uma expressão substantiva concreta. Já a mensagem é um pensamento ou o que se conclui da história ouvida ou lida. Gancho (2004) considera que a mensagem “configura-se como uma frase. (p.30)”.

As narrativas podem possuir vários temas no seu enredo, mas somente um está intrinsecamente ligado ao assunto. Cardoso apresenta um exemplo de como isso ocorre na prática:

Um texto narrativo cujo tema são os direitos humanos, por exemplo, não precisa citar essa expressão, mas remete a ela se o autor estiver mostrando uma situação em que o personagem sofre com a opressão vinda de um poder mais forte, contra o qual não pode lutar. O preconceito de qualquer tipo faz parte desse tema. Os direitos humanos são também subjacentes às lutas pela libertação dos escravos e à situação em que viviam. Sendo assim, o tema de um texto que trata da escravidão é, geralmente, direitos humanos. (CARDOSO, 2001: 42)

No campo da linguística, os estudos sobre narrativa foram iniciados por Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972) e incorporados à Sociolinguística. Os autores pensam narrativa como “um método de recapitular experiências passadas, combinando uma sequência verbal de orações com uma sequência de fatos que (infere-se) ocorreram de fato” (LABOV, 1972, p. 359).

Mais tarde, surgiram outros autores que remodelaram o conceito de narrativa, sugerindo que as narrativas são recontagens de lembrança de eventos de forma contextualizada. De acordo com Bruner (1990) e Bastos (2005), as narrativas podem ser entendidas como uma reconstrução de experiências. Bruner (1990) defende a nova visão da narrativa como uma organizadora da experiência humana.

Há duas funções básicas sugeridas por Bruner (2001) sobre o que ocorre na elaboração das narrativas. A primeira função é quando o narrador expressa o desejo de se apresentar para si e para os outros como sendo um partícipe da sua cultura. A segunda função que o autor destaca é quando o narrador quer tornar a sua narrativa interessante, instigando o ouvinte ou leitor a criar uma história que refuta a expectativa.

A elaboração de narrativas, seja escrita ou falada, demanda coragem do narrador para expor o que pretende contar. No percurso de um ato narrativo, pode estar embutido situações conflituosas inerentes às experiências particulares ou retratar memórias que foram satisfatórias. Romero (2020), mais recentemente, acentua que é possível, por meio de novas interações narrativas, ter a oportunidade de construir novos significados para fatos marcantes da experiência do narrador.

Muitos estudos têm levantado as narrativas como um possível colaborador na reconstrução da identidade. A função exercida pela narrativa no processo de construção das identidades sociais é defendida por Moita Lopes (2001). Para o educador, quando feitos relatos da vida social e, a partir do seu discurso, é possível haver uma construção mútua. Segundo Nóbrega e Magalhães (2012, p.71), “É a partir de nossas narrativas que dizemos quem somos, o que desejamos ou acreditamos, sempre nos reconstruindo a cada relato narrativo.” Contar histórias mostra, assim, as identidades individuais dos interlocutores.

A narrativa, na prática, segundo Mishler (1999), é uma forma de expressar experiências pessoais e histórias de vida, além de delinear performances identitárias. As ações das pessoas explicadas ou contadas através de histórias é um fator indicativo de reconstrução de identidade social (EWICK e SILBEY, 2003, p. 1340).

Nóbrega e Magalhães (2012, p.73) destacam que “a identidade é construída a partir de avaliações fortes no espaço moral e é impossível ao ser humano renunciar a tais avaliações.” Sendo assim, percebe-se a pertinência da compreensão sobre a importância de cada pessoa no processo de sua colocação no espaço social.

Partindo do pressuposto de que as narrativas oferecem interações dialógicas por influência do ambiente, haverá, portanto, possíveis mudanças nas identidades das pessoas surdas ao longo do tempo. É oportuno pontuar que, para Bauman (2013), as identidades são dinâmicas e influenciadas pelo contexto social, pelas oportunidades e por meios que estão disponíveis.

Desse modo, as narrativas têm inestimável valor para a história, sobretudo porque as narrativas nos mostram o lugar social do sujeito e, conforme Romero (2013), elas nos permitem penetrar em mundos e culturas que transformam as nossas identidades.

Em acréscimo, Romero e Casais (2019) endossam que a narrativa é a mola propulsora na construção da identidade. As narrativas trazem à tona indícios de significados construídos ao longo da vida. São significados que revelam vivências para outras pessoas e para si mesmo.

No contexto da comunidade surda, as narrativas são feitas através da Libras. De acordo com Digiampietri (2012), as narrativas surdas são alvo de vários campos teóricos, porém, ainda de acordo com a autora, a linguística cognitiva possibilita uma melhor compreensão sobre o processamento das narrativas na língua sinalizada.

Os esquemas dos processos linguísticos trazidos por Digiampietri, a partir de Evans e Green (2006), citam elementos do processo linguístico como: eventos, orientação espacial, movimento e força. Esses esquemas são denominados esquemas imagéticos que, basicamente abordam abstrações da linguística cognitiva. São esses esquemas que se

aproximam mais dos 5 parâmetros da Libras e, portanto, passa a ser estudada a construção de narrativas em línguas sinalizadas.

Digiampietri menciona os “Espaços mentais” como uma teoria útil para os estudos da construção de narrativas em línguas sinalizadas. A autora justifica a utilidade dos “Espaços mentais” a partir de Fauconnier (1985) em que as narrativas não são construídas apenas através das regras gramaticais, mas também faz uso de estruturas cognitivas que não dependem das realizações linguísticas e não dependem da oralidade.

Como os estudos da autora declinam-se para outro campo da linguística, sugiro a leitura do seu trabalho como uma leitura complementar. Os estudos de Digiampietri tem informações muito ricas sobre as narrativas em Libras a partir de Labov.

As narrativas, portanto, têm a função de inserir, manter e construir pessoas no espaço social. No cotidiano das pessoas surdas, as narrativas podem ser realizadas por meio da Libras, tanto na emissão quanto na recepção das mensagens, das histórias, das falas. Por esse motivo, as entrevistas realizadas com os colaboradores surdos para esse estudo foram traduzidas para o português e, na sequência, analisadas à luz dos princípios da Linguística Sistêmico-Funcional, explanada a seguir.

2.4 Linguística Sistêmico-Funcional

Este trabalho se alicerça nos construtos da Linguística Sistêmico-Funcional e, portanto, é necessário trazer o conceito dessa linha teórica e os seus aspectos fundantes. Como base referencial da LSF, apoio-me em Halliday (1985), Halliday e Matthiessen (2004) e seus seguidores.

A Linguística Sistêmico-Funcional foi proposta por Michael Alexander Kirkwood Halliday e desenvolvida por seguidores (HASAN, 1989; EGGINS, 1994; THOMPSON, 2003; MARTIN; ROSE, 2003; MARTIN; WHITE, 2005), caracterizando a funcionalidade como uma abordagem para a produção de significados. Halliday desenvolve a LSF apoiando-se no princípio que a língua é uma rede de sistemas em que o funcionalismo e a semântica são interligados. O falante constrói significados a partir da sua fala.

Fuzer e Cabral (2014) testemunham, a partir das suas observações e fazendo ajustes da GSF do inglês para o português, que a LSF considera a língua como uma rede de sistemas linguísticos em que o indivíduo se apoia para produzir significados. É funcional porque as estruturas de significado são reveladas e mostram como as funções da linguagem são exercidas no texto.

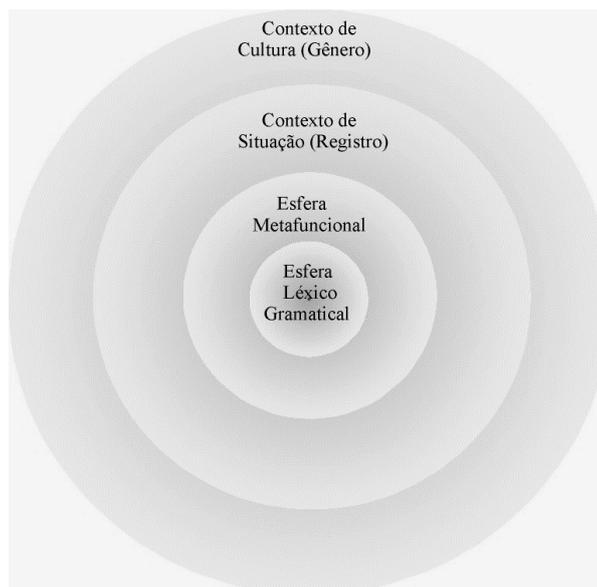
No viés da LSF, a linguagem é interpretada como uma prática social, levando em consideração o contexto do seu uso, além ser dotada de um sistema de sentidos que é resultado das escolhas das formas linguísticas realizadas pelo falante ou escritor. Não somente com o grande objetivo de estudar a linguagem em uso, a LSF também explora como ocorre a produção dos significados, leva em conta a situação de uso da língua e seus usuários, as relações linguísticas e suas funções, construindo uma análise do discurso apoiada nos pilares teóricos sócio-semióticos da língua.

Fuzer e Cabral (2014) apontam que os sujeitos sociais se asseguram na linguagem, um recurso de intervenção semiótica, para intervirem no mundo, manifestando seus sentimentos, construindo e expressando sentido sobre fenômenos naturais ou culturais, e não somente restringindo seu uso para comunicar ocorrências. A LSF destaca-se, ainda, pelo seu potencial em revelar as relações de poder estabelecidas entre o sujeito presente no ato linguístico, os contextos de cultura e situação e a produção textual.

A produção textual, na ótica da LSF, partindo das considerações feitas por Fuzer e Cabral (2014), é um elemento semântico, um arranjo social carregado e permutado de significados, que se concretiza por meio das orações. O contexto em que o escritor ou o falante vive influencia diretamente nas escolhas linguísticas da construção de um texto. Cada escolha linguística remete a um conjunto de possíveis textualizações.

Ancorado nas considerações das autoras, o texto sempre encerra o contexto. Isso quer dizer que, como a produção e o intuito do texto são carregados de influência do contexto, é necessário que se conheça os contextos de situação e cultura, para o texto ser compreendido. Para Vian Jr e Souza (2017), contexto de situação é relativo ao registro e o contexto de cultura é relativo ao gênero. Para ilustrar, o complexo sistêmico funcional descrito por Halliday mostra os estratos de linguagem.

Figura 1: Complexo Sistêmico-Funcional por Halliday.



Fonte: Santos (2014), reproduzido.

Dada a imagem como exemplo, a produção de um texto atravessa os estratos da esfera da linguagem. Portanto, as escolhas lexicais realizadas por quem produz um texto é influenciada pelo contexto em que vive. Partindo dos pressupostos de Halliday, Silva (2018) destaca que o sentido de um texto parte de uma escolha, alicerçada no contexto.

Observando a esfera de Halliday, o contexto de cultura, realizado no gênero, situa-se no primeiro estrato, o de maior abrangência. Em seguida, o contexto de situação, realizado no registro, com menor ocupação, porém, maior que os próximos dois raios que são o da metafunção e o raio léxico gramatical. Cada um tem uma grande função na produção textual. Silva (2014) pontua que mesmo que o contexto de cultura seja o primeiro e mais abrangente dos estratos, o contexto de situação resgata mais atenção na LSF por ele ser o "ambiente imediato de funcionamento do texto (p.4)". O conhecimento do contexto de situação dá condições aos falantes e escritores a fazer suas pontuações posteriores a uma interação oral ou escrita.

A teoria de registro, na LSF, nasce a partir de Halliday, McIntosh e Stevens (1964) em que o registro e sua variação exercia um papel importante em que considera a dimensão do contexto de situação, o que possibilita descrever as variáveis de campo (tópico ou foco da atividade), relações (papel das relações de poder e como os participantes se comportam na interação) e modo (papel da língua oral, escrita ou multimodal) com base nos trabalhos de Firth, Ure, Berg e outros teóricos.

Matthiessen e Halliday (2009) assentam o conceito de contexto como um sistema semiótico de maior relevância linguística em que a linguagem está inscrita. O contexto realiza-se por meio da linguagem e é por ela e com ela que se mantém sustentado.

Para melhor entendimento, explorarei o contexto de cultura e situação a partir dos estudos da LSF, reportando às pessoas surdas e à Língua Brasileira de Sinais. Para a antropologia, cultura é considerada como um sistema capaz de reproduzir valores materiais e simbólicos de um grupo inserido socialmente e no meio que se faz presente.

Retomando o contexto de cultura, a partir da LSF, esse contexto dota da cultura e da memória comungada por uma comunidade de sujeitos falantes, pois envolve práticas ligadas às suas vivências locais e de agrupamentos sociais (Fuzer e Cabral, 2014). Cruz (2018), por sua vez, entende que o contexto de cultura ocupa destaque no nível sociocultural pelo fato de referir-se aos aspectos culturais dos sujeitos sociais e às suas práticas.

Figura 2: Ilustração da cultura surda.



fonte: <https://ensino.digital/blog/a-importancia-da-cultura-surda>

Na charge vêm-se seis pessoas, três em primeiro plano, três em segundo plano. Das pessoas em primeiro plano, o menino vestido de camiseta azul é uma pessoa ouvinte, o de camiseta laranja é amigo do menino de camiseta azul e conhece a língua de sinais (arrisco a dizer que seja um intérprete) e o de camiseta verde é uma pessoa surda que usa a língua de sinais. O menino de camiseta azul observa, em estado de choque - vide expressão facial - pessoas surdas usando uma língua de sinais. Aparentemente é o seu primeiro contato com a língua e a sua primeira participação em um encontro de surdos e é por esse motivo que o seu amigo pontua o choque da cultura ouvinte com a cultura surda. Essa charge é carregada de significados e demanda conhecimento para que haja entendimento.

A LSF é uma proposta teórico-metodológica de grande importância para a averiguação de textos orais e escritos, tendo em vista que os usuários de uma língua estão

constantemente avaliando coisas, pessoas e construindo significados. A oferta de ferramentas linguísticas pela LSF possibilita a descrição e interpretação do emprego lexical feito na linguagem.

A análise textual é feita a partir de algum dos três modelos de abordagem empreendidos pela LSF denominada de metafunção, sendo: a textual, a interpessoal e a ideacional. As metafunções foram desenvolvidas por Halliday (1985) e cada uma delas tem uma representação no sistema gramatical dentro do ato discursivo, subdividindo-se em: transitividade, modo e tema.

Na metafunção textual a oração é classificada como uma mensagem e é constituída por tema e rema, nessas respectivas sequências. Já a metafunção interpessoal tem como recurso gramatical de estudo o modo, usado para enfatizar a troca de dados, bens e ou serviços entre os participantes do ato comunicativo, levando em consideração os constituintes da oração (Fuzer e Cabral, 2014).

Por último, a metafunção experiencial. Explorarei esta metafunção no próximo subitem por ser meu suporte principal para a análise das narrativas coletadas para este trabalho. Como cunho introdutório, esta metafunção ramifica-se em duas funções: função experiencial e função lógica (Fuzer e Cabral, 2014). As autoras mostram que a função experiencial cria condições para representar o mundo através das orações, descritos por meio dos verbos ou dos processos. A função lógica une os conjuntos lexicais e oracionais, e analisa o complexo oracional, suportando duas ou mais orações.

Os estudos mais recentes da LSF, no que compete à análise do discurso, desenvolvidos por Vian Jr e Souza (2017), apresenta um quadro com as relações entre os sistemas do discurso e as suas metafunções. Abaixo, na tabela, na próxima página, observa-se que a LSF oferece diferentes sistemas e metafunções em que cada uma delas é dotada de propósitos para estudo de textos.

Tabela 1: Tabela de sistemas de discurso.

Sistema discursivo		Metafunção	
Identificação	Rastrear pessoas e coisas	Textual	Organizar os textos
Periodicidade	Fluxo de informação		
Negociação	Promover trocas	Interpessoal	Deflagrar relações sociais
Avaliatividade	Negociar atitudes		
Conjunção	Conectar eventos	Ideacional	Representar a experiência
Ideação	Representar a experiência		

Fonte: Vian Jr e Souza (2017), reproduzido.

Este trabalho será atendido pelo sistema de transitividade, com a confluência da metafunção experiencial, a qual se encarrega de representar as experiências.

2.4.1 Metafunção Experiencial

Ao narrar experimentações do mundo ou situações mais íntimas, os indivíduos automaticamente utilizam componentes experienciais do sistema discursivo da metafunção experiencial. As experiências são concebidas pelas lembranças, pelas reações, pelas reflexões, pela identificação e a caracterização como fatores que proporcionam ao ser humano fazer relações entre os âmbitos da experiência (Fuzer e Cabral, 2014).

Seguindo essa perspectiva, usamos as palavras para construirmos os significados das nossas experiências. Halliday e Matthiessen (2014) ratificam que a língua oferta insumos léxico-gramaticais para construir e interpretar a experiência humana e isso pode ser conferido por meio da metafunção experiencial. Essa metafunção, de acordo com Halliday (2004), portanto, tem como objetivo mostrar ocorrências e interpretações do falante ou escritor sobre o mundo, motivo pelo qual ela se torna diretamente pertinente para essa pesquisa.

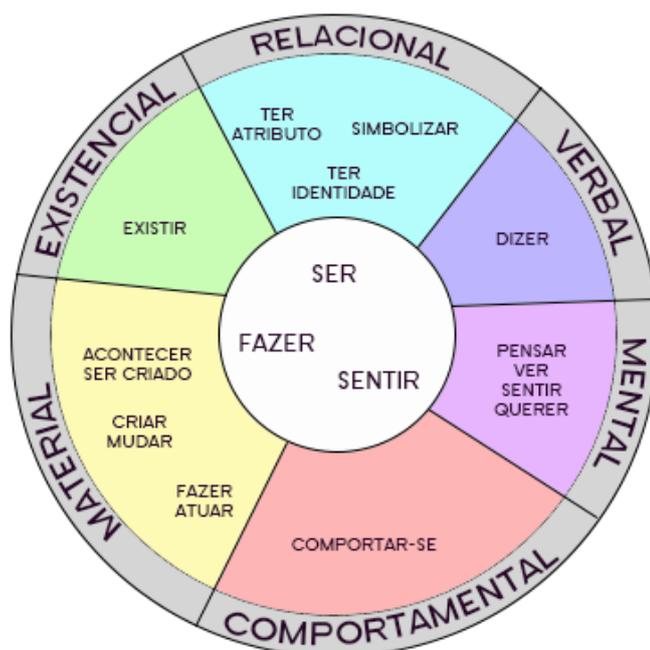
Na metafunção experiencial há três itens de categoria semântica que representam sua estrutura: processo, participante e circunstância. Essa tríade da categoria semântica realiza-se no sistema de transitividade (Fuzer e Cabral, 2014).

Os participantes de um ato discursivo produzem elementos que são carregados de sentidos e significados, os quais são chamados de figuras. Essas figuras são classificadas através dos processos, ou seja, verifica-se a experiência desdobrada por meio do fazer, do acontecer, do sentir, do dizer, do ser, do ter, do existir e do comportar. Fuzer e Cabral (2014) observam que as figuras são basicamente os significados que os processos, em associação com os participantes, produzem, podendo haver as circunstâncias nesse fluxo.

Diante disso, Halliday e Matthiessen (2004) mostram um esquema das categorias semânticas de como ocorrem os fenômenos da nossa experiência e a sua construção linguística. O processo, é o grupo verbal, o elemento central que indica experiência; os participantes são os grupos nominais, entidades envolvidas na experiência; e a circunstância, é constituída de grupos adverbiais, tais como modo, tempo, lugar, causa.

Assim, a metafunção experiencial se divide em seis processos e são dotados de cargas semânticas distintas, embora, em algum momento, possam ser confundidos. O desenho ilustrativo usado é traduzido de Halliday e Matthiessen (2004, p. 172) conforme visto na próxima página.

Figura 3: Tipos de processos nas orações.



Adaptado de Halliday e Matthiessen, 2004, p.172.

O círculo dos tipos de processos nas orações desenvolvido por Halliday nos mostra com mais facilidade o que cada processo detém. Sendo assim, ocupo-me em descrever um deles.

O processo material considera a representação das experiências a partir do fazer, construir, acontecer. São ações e eventos. Thompson (2004) entende que o verbo é uma ação, é “uma palavra que faz”, buscando representar o processo material. Thompson tenta reiterar o que Halliday e Matthiessen (2014) dizem sobre as orações materiais, em que estas realizam-se pelo fazer-e-acontecer ou pelo fluxo de acontecimentos que mudam a construção de algo por meio da entrada de energia.

Os participantes presentes no processo material são identificados como ator, meta, escopo, beneficiário/atributo. Halliday e Matthiessen (2014) apontam que o processo material é vasto, sendo possível adotar atores animados e inanimados. Sendo assim, é cabido descrever a representação de cada participante do processo material.

O ator é o sujeito da ação, aquele que se movimenta. A meta é o participante que sofre a ação; é afetado pela ação do ator. Eggins (2004) considera que “os dois participantes que mais se apresentam nos processos materiais são o ator e a meta”. O ator é quem realiza a ação e a meta é o participante que recebe a ação do ator.

O escopo é o conjunto da oração em que o participante não é afetado pelo processo material. O escopo-entidade é quando o processo é desenrolado por meio da construção da oração. O escopo-processo é quando a ação é concretizada (por exemplo, tomar banho, dar beijo), em que os verbos são suporte dessa concretização (Moura Neves 2000, p.53).

O beneficiário é quem se beneficia do processo e são classificados em receptor e cliente. De acordo com Fuzer e Cabral (2014), o receptor recebe bens materiais transferidos pelo ator, enquanto o cliente recebe serviços prestados pelo ator.

O atributo, por sua vez, é uma característica dos participantes da oração e atua nas orações materiais que são categorizadas em resultativo e descritivo. Conforme Fuzer e Cabral (2014), o atributo resultativo busca qualificar as ações do ator e da meta; e o atributo descritivo serve para descrever a forma como o ator ou a meta está figurando no processo.

Embora nos processos materiais sempre exista um ator, em algumas situações o ator não ocupa o lugar de sujeito e nem sempre está exposto na oração. Desse modo, essa oração tem uma estrutura passiva. Nessa situação, Fuzer e Cabral (2014) sinalizam que o ator, por vezes, é identificado no contexto da oração, sem necessidade de nomeá-lo. Nas estruturas passivas é possível identificar as circunstâncias de um episódio.

Circunstância é definida por Fuzer e Cabral (2014) como agente que adiciona significados às orações a partir das descrições do contexto onde ocorre o processo. As circunstâncias são identificadas por meio de grupos adverbiais ou grupos preposicionais, e podem ser apresentadas por extensão (distância, duração, frequência), localização (onde e quando), modo (como, com o quê, como é, quanto), causa (por quê, para quê, para quem),

contingência (condição, falta, concessão), acompanhamento (com quem, quem mais), papel (ser como o que, o que, em que), assunto (sobre o que) e ângulo (fonte, ponto de vista) (Halliday e Matthiessen, 2004);

Partindo para o processo mental, as experiências internas acontecem pelo lembrar, pensar, imaginar, querer, gostar. Esse processo evoca acontecimentos no mundo das ideias. Recorrendo às explicações de Halliday e Matthiessen (2014) em que os autores esclarecem que o processo mental se ocupa da experiência do mundo da nossa própria consciência. Oração material está ligada à experiência do mundo material; as orações mentais às experiências do (in)consciente. Os espaços onde as orações acontecem denotam a diferença entre materialidade e mentalidade. Nas sentenças “Eu como bolo” e “Eu sonho com bolo” é possível perceber onde e como ocorre a ação. Comer bolo é uma ação concreta, uma ação física. Sonhar com bolo está no mundo mais subjetivo e mais íntimo do sujeito pensante.

Nos processos mentais há participantes exclusivos e com características particulares, identificados como experienciador e fenômeno. Segundo Thompson (2004), necessariamente o experienciador deve ser um participante humano, devido ao fato de o processo ocorrer na mente do sujeito. Eggins (2004) acrescenta que, para além disso, fundamentalmente o experienciador tem que ser consciente.

A caracterização do experienciador é dada como um humano, concreto, físico, mas podendo ser possível ser um participante inanimado, ou seja, um participante não concreto, mas capaz de carregar características humanas de pensar. Fuzer e Cabral (2014, p. 55) pontuam elementos indicativos das entidades inanimadas, utilizando-se do léxico-gramatical para indicar coletivo humano por meio de: “família, mundo, vila, comunidade”; consciência humana por meio de “filme, lembrança”; e partes do corpo humano por meio de “cérebro, rosto, coração, cabeça”. O uso desses elementos forma expressões figurativas que materializam o participante humano, por exemplo: “Me corta o coração ver uma pessoa em situação de rua.”

Partindo para o fenômeno, segundo participante do processo mental, este manifesta-se no sentir, no pensar, no ato de perceber. HALLIDAY (1994) considera esses atos como um conteúdo performativo do processo mental. O participante sente, pensa, deseja, conhece ou percebe e pode ser identificado por grupo nominal (pessoa, criatura, objeto). Fuzer e Cabral (2014) acrescenta que o fenômeno também pode ser realizado por meio de metáforas.

Halliday e Matthiessen (2004) dividem as orações mentais em quatro tipos: perceptivas, cognitivas, afetivas e desiderativas.

Tabela 2: Tipos de processo mental.

Perceptiva	(ver, olhar)	Vi um pássaro.
Cognitiva	(Pensar, imaginar)	Sonhei com cachorro.
Afetiva	(Gostar, não gostar)	Amo minha mãe.
Desiderativa	(Querer, não querer)	Quero tomar vinho.

fonte: elaboração própria.

As experiências são construídas a partir do sistema de significados que são gerados por meio do encontro dos processos mentais. Halliday e Matthiessen (1999) apontam como exemplo o “ver” que não é somente “perceber visualmente”, mas “compreender”. Ver ou perceber visualmente enquadram-se no processo perceptivo; compreender está no campo da cognição devido ao processamento do que se vê.

Brevemente, Fuzer e Cabral (2014) citam a gradabilidade dos processos mentais e a bidirecionalidade semântica. De acordo com as autoras, a gradabilidade dos processos mentais é pontuada por verbos que indicam pontos em uma escala (por exemplo: não gostar, detestar, pavor). Já a bidirecionalidade semântica é o uso de um léxico diferente, mas que mantém o mesmo sentido semântico em uma oração. Por exemplo: Tenho horror a cobra/ Cobra me causa pavor.

Os processos relacionais realizam-se através da representação das relações como estar, parecer, ser. Com esse processo ocorre a atribuição e a identificação. A atribuição faz relação entre quem porta algo e o que é atribuído. A identificação é basicamente a relação de algo a alguma característica. Halliday e Matthiessen (2014) declaram que qualquer língua possui uma construção sistemática de processos relacionais, acomodados em sua gramática e que as principais relações são a intensiva, a possessiva e a circunstancial. Cada relação apresentada pelos autores é dotada de modos atributivos e identificativos.

As orações relacionais servem para representar seres através de termos que identificam suas características e sua identidade, ao mesmo passo em que também podem contribuir para a criação e desconstrução de elementos e personagens em narrativas. As orações relacionais são subdivididas em três tópicos: As intensivas, as possessivas e as circunstanciais (Halliday e Matthiessen, 2004) E podem estar dispostas em modo atributivo e modo identificativo.

O modo intensivo enfatiza uma entidade por meio do “ser”, por exemplo. Em uma oração intensiva é possível identificar o léxico intensivo e, por conseguinte, os modos

atributivos e identificativos. Nas orações de modo possessivo, a relação é de posse com a entidade. Halliday e Matthiessen (2004) salientam que a possessão inclui todos os grupos do léxico por meio de pronomes possessivos. O modo circunstancial é identificado por termos ligados a tempo, modo, lugar, causa, assunto.

Tabela 3: Tipos de processo relacional.

	Atributivo	Identificativo
Intensivo	Maria é professora.	Maria foi diretora da escola x.
Possessivo	Catarina tem um carro.	O carro de Catarina é um Gol.
Circunstancial	O aniversário de Joel será sábado.	Sábado é dia 15, aniversário de Joel.

Fonte: Elaboração própria.

As orações relacionais atributivas criam relações abstratas a uma entidade da oração. Halliday e Matthiessen (2004) apresentam as orações relacionais atributivas por meio de adjetivos ou substantivos. Os autores acentuam que o atributo não pode ser um pronome ou nome próprio, por não serem capazes de construir classes.

Nas orações relacionais identificativas o participante da oração tem uma identidade. Essa identidade serve para pontuar uma característica ou identificar o sujeito. Halliday e Matthiessen (2004) nos mostram que o elemento identificador é um substantivo comum e, por escolha, um artigo definido, além de poder ser um nome próprio ou um pronome. Nessas orações há o identificado que é a entidade que recebe a identificação, e identificador que é a identidade atribuída ao identificado. Na sentença “Luíza é jogadora de futebol”, Luíza é o identificado e a jogadora de futebol é o identificador.

As orações verbais do processo mental têm foco no processo da fala, ajudam, por exemplo, na criação de textos narrativos, possibilitando inserir relatos e pontos de vista em pesquisas acadêmicas, fazer referências anteriores em reportagens jornalísticas (Fuzer e Cabral, 2014). Nesse tipo de oração existem os verbos de atividade que se desmembram em verbos de atividade alvo e verbos de atividade de fala; e os verbos de semiose, que se classificam em verbos neutros, verbos de indicação e verbos de comando.

As autoras complementam que as orações verbais contam com participantes dizentes, verbiagem, receptores e participantes alvo. O dizente é quem fala na oração; a

verbiagem é sobre o que é dito e mostra o que é o conteúdo. O receptor é quem recebe a mensagem da oração. O alvo é quem deseja apontar.

Tabela 4: Tipos de processo verbal.

O Juiz	leu	a sentença	do réu.
Dizente	Processo verbal	verbiagem	receptor

Fonte: Elaboração própria

Orações verbais podem contar com citação ou relato como forma de complementação do processo verbal. A citação é a reprodução de uma fala, pontuada por meio de aspas, identificando que a passagem usada não é de quem a escreve. As citações também podem ser representações de uma voz externa, não necessitando pontuar quem produz o texto. Já os relatos são falas de pessoas introduzidas por uma segunda voz.

O processo comportamental é identificado por meio de ações como dormir, cantar, tossir, coçar, mas não se limita a isso, pois, conforme Halliday e Matthiessen (2004) o processo comportamental pode apresentar partículas de processo material e/ou verbal e/ou mental. Quem participa desse processo é o comportante, comumente um ser consciente e que realiza nos processos elementos materiais, mentais ou verbais.

Por último, os processos existenciais. Esses são identificados a partir do existir, do haver, do acontecer. Esse processo é fundamental nas narrativas por ser suporte na introdução de participantes no início das histórias. Essa introdução ocorre por meio do uso de verbos que indicam existência, como por exemplo, o verbo haver, existir, ter. O participante nesse processo é o existente. O existente não é necessariamente uma pessoa. Este pode ser um objeto, uma instituição, uma abstração, ação ou evento, ressalta Fuzer e Cabral (2014).

As orações existenciais podem confluir com processos materiais por meio das fronteiras lexicais. Fuzer e Cabral (2014) apresentam os seguintes exemplos:

Tabela 5: Exemplo de oração existencial.

Oração Material	<i>Chove torrencialmente</i>
Oração Existencial	<i>Há uma chuva torrencial</i>

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que na oração material o substantivo chuva indica a ação, que a chuva está acontecendo. Na oração existencial, o verbo haver indica que há ~~tem~~/existe uma chuva acontecendo em algum lugar.

Por fim, Fuzer e Cabral (2014), com base nas construções de Halliday e Matthiessen (2004), resumem em uma tabela os tipos de processos, os participantes e traz exemplos de verbos de cada categoria:

Tabela 6: Tipos de processos e seus participantes.

Tipos de processo	Significado da categoria	Participantes	Exemplos de verbos
Material Transformativo Criativo	Fazer acontecer	Ator Meta Escopo Beneficiário (recebedor e cliente) Atributo	Comprar, vender, mexer, pintar, cortar, quebrar, riscar, limpar, sujar, bater, matar, construir, pintar...
Mental Perceptivo Cognitivo Emotivo Desiderativo	Perceber Pensar Sentir Desejar	Experienciador Fenômeno	Perceber, ver, ouvir, lembrar, esquecer, pensar, saber, gostar, odiar, amar, querer...
Relacional Intensivo Possessivo Circunstancial	Caracterizar Identificar	Portador atributo identificado Identificador	Ser, estar, ter
Comportamental	comportar-se	comportante comportamento	Rir, chorar, dormir, cantar, dançar, bocejar...

Verbal Atividade Semiose	Dizer	Dizente Verbiagem Receptor Alvo	Dizer, perguntar, responder, contar, relatar, explicar...
Existencial	Existir	Existente	Haver, existir, acontecer...

Organizado por Fuzer e Cabral (2014, p.81 e 82) com base em Halliday e Matthiessen 2004.

A metafunção experiencial é fundamental para a análise das narrativas das pessoas surdas colaboradores neste trabalho porque essas narrativas revelam suas experiências a partir do lugar em que a língua é o grande mediador da sua relação do mundo interior com o mundo exterior. Com base na construção teórica da LSF, serão apresentadas as respostas para as perguntas que conduzem os objetivos dessa dissertação.

3. METODOLOGIA

Este capítulo detalha os princípios metodológicos admitidos para a realização deste trabalho, além dos procedimentos determinados para coleta e análise dos dados. Desta forma, os aspectos metodológicos dividem-se a partir da: caracterização metodológica, retomada dos objetivos e pontos norteadores da pesquisa, contexto de inserção da pesquisa, escolha dos colaboradores, instrumento de coleta, organização e análise dos dados.

3.1 Caracterização da pesquisa

Pesquisar comporta fatores complexos que necessitam de escolhas metodológicas congruentes para que um estudo aconteça. Diante do exposto, Demo (1989) aponta que o processo metodológico de um trabalho é a maneira de como o conhecimento crítico permite inúmeras possibilidades científicas, colocando em pauta os limites de um determinado objeto de pesquisa. Com essa afirmação do autor, esta pesquisa apresenta “vozes” de cinco pessoas surdas que se dispuseram a colaborar com as suas narrativas acerca do seu conhecimento sobre a história da sua cidade.

O método de abordagem deste trabalho é qualitativo e quantitativo. O método qualitativo preocupa-se com as perspectivas da realidade que não são mensuráveis numericamente. De acordo com Minayo (2010), a pesquisa qualitativa é um trabalho que tem significados, valores, causas, atitudes, interesses e aspirações, em períodos de relações profundas, em que fenômenos e recursos não possam ser reduzidos à instrumentalização de variáveis. Sendo assim, esse método aplica-se na análise das narrativas por instrumentos da LSF.

É também quantitativa porque houve o levantamento do quantitativo de palavras das respostas dos participantes da pesquisa. Esse levantamento é, também, um suporte para a análise realizada por meio da LSF. Fonseca (2002) nos mostra que a pesquisa quantitativa trabalha com elementos quantificados e centra-se na objetividade.

Os dois métodos de coleta de dados unidos na realização de uma pesquisa científica permitem recolher mais informações do que usando um método isolado. Essa afirmação de Fonseca (2002) não desconsidera a importância dos métodos isolados. Cada trabalho exige métodos específicos e adequados conforme seus objetivos.

Esse tipo de pesquisa busca compreender os significados contidos nas informações que são intrínsecos às narrativas. Para Araújo, Oliveira e Rosato (2018, p.3), a caracterização da pesquisa qualitativa caracteriza-se “como um processo de interpretação e compreensão, não se contentando com a simples explicação das realidades”. Portanto, essa modalidade metodológica aborda uma complexidade no seu objeto de estudos a partir dos fenômenos da vida humana.

Entretanto, há que se esclarecer que são utilizadas quantificações para possibilitar a interpretação das análises linguísticas do corpus e, por isso, é apresentado um quadro com os participantes, processos e circunstâncias, além de apontar as escolhas lexicais que representam cada componente.

Pesquisas que envolvem pessoas precisam ser analisadas pelo comitê de ética e todo o projeto de pesquisa precisa ser inserido na Plataforma Brasil, site do Governo Federal, e encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição proponente para que o comitê de ética avalie os possíveis riscos que possam ocorrer com os participantes/colaboradores do trabalho. Este trabalho envolve cinco colaboradores surdos e, portanto, foi necessária a apreciação do comitê de ética da Universidade Federal de Lavras. O projeto foi aprovado e, assim, a pesquisa deu andamento. O Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) é de número 52428521.7.0000.5148. A numeração desse certificado é gerada para identificar o projeto de pesquisa que entra para a

apreciação no CEP. O parecer substanciado do comitê de ética que aprovou o projeto é de número: 5.216.175.

3.2 Colaboradores

Este subitem descreve resumidamente quem são os colaboradores, alguns dados demográficos simples (como: escolaridade, idade e gênero) e o quantitativo suficiente para o acontecimento da pesquisa.

Neste trabalho participo na condição de entrevistador-pesquisador. Toda a coleta dos dados foi feita por mim, em Libras, e, posteriormente, traduzidas para o português, de acordo com norma culta da língua portuguesa.

Relembro que atuo como tradutor e intérprete de Libras desde 2010. Iniciei meus estudos aos 17 anos, quando ainda cursava o 3º ano do ensino médio. Desde então, nesses 12 anos de atuação, busquei por cursos, palestras, conhecer a cultura surda, me envolvi na comunidade e me dediquei em projetos idealizados por mim, em parceria com outros colegas, quando eu estive contratado na prefeitura de Vitória da Conquista, na Bahia.

Os colaboradores voluntários da pesquisa foram pessoas surdas, que nasceram, cresceram e vivem em uma cidade de grande importância histórica em Minas Gerais. Todos os cinco colaboradores têm idade acima de 20 anos. Quanto ao nível de escolaridade, uma pessoa está fazendo curso de nível técnico, duas pessoas cursando nível superior, uma pessoa com nível superior completo e uma pessoa que possui especialização. Das cinco pessoas, três são mulheres e dois são homens. Todos se identificam com seu gênero de nascimento.

3.3 Procedimento de coleta das narrativas

O procedimento de abordagem adotado para este trabalho foi a estruturação de um questionário, sendo considerados três dados demográficos (idade, gênero e escolaridade) e dez perguntas guia que orientam para responder os objetivos específicos deste trabalho.

Segundo Gil (2008), o questionário é uma estratégia de pesquisa elaborada por perguntas submetidas às pessoas com o intuito de coletar dados sobre os seus valores, conhecimentos, crenças, sentimentos, dentre outros fatores considerados importantes para o objetivo da investigação.

A forma de abordagem adotada foi por meio de um vídeo gravado em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), informando quem sou eu, onde eu estudo, o que eu estudo,

o que é a minha pesquisa e finalizando o vídeo com o convite para colaborar com a pesquisa. O recurso utilizado para gravar o vídeo foi o meu próprio celular, de forma bem simples.

As entrevistas aconteceram de forma remota, através da plataforma gratuita Meet, fornecida pelo *Google* e o link da reunião foi enviado pelo *whatsapp* da pessoa colaboradora, no dia e horário combinado previamente, à conveniência do entrevistado. Todos os encontros foram individuais e foram gravados com autorização do participante. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi sinalizado em Libras no momento da entrevista.

Ao finalizar a entrevista, os vídeos foram salvos em uma pasta no google drive, vinculado ao meu e-mail, mantendo a discrição e com nomes fictícios para cada colaborador voluntário. Todas as entrevistas foram transcritas para o português brasileiro, considerando a norma culta da língua, não interferindo no sentido do discurso do colaborador.

A entrevista, no seu sentido mais amplo e aplicado ao contexto de pesquisa científica, é um instrumento de coleta de dados qualitativos que Severino (2017) aponta como uma técnica de levantamento de dados sobre um determinado assunto, direcionada aos colaboradores que são foco da investigação desejada pelo pesquisador.

Neste presente trabalho, aplica-se o uso das entrevistas narrativas que são instrumentos de coleta de dados e/ou informações usadas para realizar leituras subjetivas sobre uma questão, necessariamente as que são foco da pesquisa. Flick (2013) considera que nas pesquisas narrativas a essência não está nas perguntas, e sim, nos relatos extensos e coerentes das pessoas entrevistadas sobre temas de relacionam-se com a sua vida. Este é um instrumento ou ferramenta investigativa que melhor se adequa à pesquisa de cunho biográfico.

É a partir das narrativas feitas pelos colaboradores surdos, cujas identificações são feitas por iniciais, que a pesquisa se constitui e é analisada com o suporte teórico da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), a partir da metafunção experiencial-

Tabela 7: Identificação dos colaboradores da pesquisa.

Nome	Idade	Gênero	Escolaridade
L.S	22	F	Ensino técnico
K. A	30	F	Superior completo
A. S	24	F	Superior incompleto
T. F	24	M	Superior incompleto

Fonte: Elaboração própria

3.4 Procedimento teórico-metodológico

Esta subseção ocupa-se em discriminar os processos teórico metodológicos que foram admitidos para a análise das falas sinalizadas pelos colaboradores surdos.

Gil (2008) indica que a análise de dados implica em três processos básicos que são a redução, a exibição e a conclusão dos dados. O primeiro processo refere-se à seleção dos dados, sua organização e categorização de acordo com os objetivos da pesquisa previamente traçados. O segundo ponto pretende organizar os dados delineados na amostragem, com o intuito de facilitar as semelhanças e relações existentes entre eles. O terceiro e último ítem reavalia significados obtidos pelos dados.

A análise dos dados é validada através do que Campos (2004) chama de triangulação de teorias, onde o autor depreende que a análise dos dados ocorre com base em várias teorias, a fim de tentar encontrar validade embutida no embasamento de cada uma delas. Sendo assim, vale o aporte dos conceitos teóricos basilares deste trabalho para responder às perguntas propostas para a realização da pesquisa, bem como contextualizar socialmente os surdos através da sua cultura e construção de suas identidades.

Foram consideradas as perguntas de pesquisa para fazer os recortes dos discursos dos colaboradores, respondendo, assim, o que é foco neste trabalho.

As discussões estão divididas em 3 macro categorias e são apresentadas com as respostas dos cinco colaboradores deste trabalho. As macro categorias são: 1- Como as pessoas surdas conhecem ou identificam os lugares históricos; 2- As dificuldades enfrentadas pelas pessoas surdas; 3- As sugestões dadas pelas pessoas surdas para ter acesso à história da sua cidade.

Ao fim das respostas das macro categorias faço a discussão dos dados com o apoio das teorias apresentadas neste trabalho e trazendo a minha voz enquanto pesquisador e como experienciador do processo de inclusão.

A fim de ampliar os estudos para este trabalho, pesquisei museus que oferecem acessibilidade em Libras para pessoas surdas e encontrei o site “Museus Acessíveis”² fundado em 2006, por Viviane Sarraf, que tem como missão a promoção do livre acesso à cultura para as pessoas com deficiências. Essa promoção abraça pessoas com deficiência visual, física, auditiva, intelectual e múltipla em todas as esferas sociais e humanas. A empresa tem vários clientes, como, por exemplo, o Museu de Arte Moderna de São Paulo, o Museu da Língua Portuguesa, dentre outras instituições.

² <http://www.museusacessiveis.com.br/>

Continuando a pesquisa pela internet, encontrei alguns trabalhos acadêmicos que abordam a Libras, a surdez e museus. A dissertação de Vanessa Bartolo Guimarães Pereira (2020) propôs analisar as ações que o Museu de Arte do Rio-MAR promovia para a participação e o pertencimento de pessoas surdas usuárias da Língua Brasileira de Sinais. De acordo com o levantamento feito por Pereira, o Museu se destaca no cenário de museus do Rio de Janeiro por levantar ações que garantem o direito linguístico da pessoa surda através da Libras.

Outro trabalho que envolve a temática em questão é o artigo de Aline Carvalho dos Santos, Dayane Rafaela de Jesus e Cristina Alves Menezes Rocha (2017) que se ocupa em estudar o *QR code* e a Libras como desafio de acessibilidade e autonomia dos visitantes surdos no Museu de Ciências Naturais da PUC Minas. O resultado dessa pesquisa foi um retorno positivo das pessoas surdas que testaram o *QR code* e a sinalização das informações sobre os dinossauros que são parte do acervo do museu.

O artigo “Libras no Museu: Acesso à cultura, história e memória para os surdos”, de autoria de Sueli Fernandes, Bianca Spaler, Bruno Montanha e Elisane Alecrim, publicado em 2020, teve como objetivo apresentar a experiência da promoção das identidades cultural e linguística da comunidade surda por meio da difusão de materiais acessíveis em Libras no espaço museológico. A proposta de intervenção foi com videoguias bilíngues, criados com a concepção do letramento bilíngue que visa experiência visual com outros elementos semióticos.

Intitulado como “A acessibilidade em um museu de ciências para a inclusão de visitantes surdos”, outro trabalho é de autoria de Gabriela Heck e José Luís Ferraro (2021) e teve como objetivo investigar a compreensão da percepção das pessoas surdas relacionadas à visita guiada no Museu de Ciências e Tecnologia da PUC do Rio grande do Sul. O resultado desse trabalho foi que a Libras é fundamental para que a comunicação do surdo seja bem estabelecida na visita e isso só é possível de ocorrer com a capacitação de funcionários e mediadores do museu.

O Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, dispõe de profissionais para atender qualquer tipo de diferença funcional, além de ter programações especiais para o público surdo, como por exemplo, a Televi. Há, ainda, visitas em Libras, programação criada pelo Programa de Educação do Museu do Amanhã, em comemoração ao Dia do Orgulho Surdo,

celebrado no dia 26 de setembro. Essas informações foram coletadas no próprio site do Museu.³

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) realiza eventos que contam com a presença de intérpretes de Libras. Em setembro de 2020, o Espaço do Conhecimento UFMG lançou a visita virtual à Exposição Mundos Indígena, no seu canal no youtube. Essa programação teve intérprete e legenda tipográfica. As informações foram coletadas no site da própria universidade.

Figura 4: Canal do Espaço do conhecimento, no Youtube, com Intérprete de Libras.



Já a acessibilidade em Libras do Museu da Pessoa, na cidade de São Paulo, é mediada por um avatar que interpreta os textos do site do museu, conforme visto abaixo.

Figura 5: Site do Museu da Pessoa com acessibilidade em Libras.



³ <https://museudoamanha.org.br/pt-br/dia-do-orgulho-surdo-televisita-em-libras>

⁴ Fonte: <https://museudapessoa.org/>

O Museu da Cidade de São Paulo oferece ações educativas para surdos e conta com a presença de educadores surdos e intérpretes de Libras.⁵

O Museu do Imigrante, situado em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, tem como suporte de acessibilidade o VLibras, um avatar que faz a tradução automática do português para a Libras. Essa informação foi obtida no site do próprio museu⁶ e trago um exemplo do que pode ser encontrado no site, conforme imagem abaixo.

Figura 6: Site do Museu do Imigrante e o avatar do software VLIBRAS.



Fonte: <https://www.museudoimigrante.org.br/>

O Museu da Energia de São Paulo conta com uma ação permanente de acessibilidade, embutida no seu projeto de acessibilidade que conta com uma educadora surda que conduz a visita no museu.⁷

O Museu da Geodiversidade tem se preocupado em propiciar acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em seus projetos educacionais e nas suas exposições. Parte do trabalho do Museu consiste em oferecer interpretação em Libras para as pessoas surdas. Essa demanda foi tema do trabalho de mestrado de Priscyla Barbosa (2018), aluna da UNIRIO, que desenvolveu um aplicativo no laboratório de realidade virtual da COPPE/UFRJ. O trabalho de Priscyla rendeu convite para participar do programa de formação Mulheres na Ciência e Inovação. Essas informações foram obtidas no site do próprio Museu e no site da UNIRIO.⁸

São muitas instituições que promovem acessibilidade em Libras, muitas delas nos grandes centros urbanos. Procurando por acessibilidade comunicacional, por meio da Libras,

⁵ <https://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br/?s=Libras&submit=>

⁶ <https://www.museudoimigrante.org.br/acessibilidade>.

⁷ <http://www.maosemmovimento.com.br/museu-da-energia-de-sao-paulo-visita-em-libras/>.

⁸ <http://www.museu.igeo.ufrj.br/libras-no-mgeo>.

nos museus de cidades históricas do interior do Brasil, não encontrei nenhuma instituição que realizasse ações desse tipo e o meio de busca foi pela internet.

A dificuldade encontrada por pessoas surdas em acessar espaços culturais é acentuada por Amaral (1993, p.27), para quem os surdos têm dificuldade em estar na sociedade devido à generalização de padrões, não respeitando as diferenças funcionais. O convívio na sociedade é fundamental por oportunizar experiências sensoriais e de trocas de conhecimento.

4. DISCUSSÃO DOS RELATOS

Este capítulo ocupa-se da discussão e análise dos relatos coletados a partir dos construtos teóricos resenhados e, para referendar as interpretações, da metafunção experiencial, segundo elaborações da Linguística Sistêmico-Funcional desenvolvidos por Halliday e seus seguidores. O objetivo desse capítulo é discutir os dizeres dos colaboradores nas entrevistas e, especificamente, responder as perguntas de pesquisa com base nas entrevistas dadas pelos dois colaboradores, interpretadas das teorias resenhadas.

A Linguística Sistêmico-funcional fornece suprimentos para a análise de textos por meio do seu contexto, considerando a produção de significados e as relações sociais presentes neles. Sendo assim, busca-se responder às seguintes questões: 1) O que as pessoas surdas sabem da história de sua cidade que é um marco histórico em Minas Gerais? 2) Quais são as sugestões dadas por eles? 3) Quais os significados prevaletentes nas falas dos surdos traduzidas para o português sobre a questão, por meio de instrumental oferecido pela Linguística Sistêmico-Funcional? 4) O que a pesquisa indica como possibilidade de intervenção de acessibilidade comunicacional em pontos históricos tombados pelo IPHAN na cidade alvo?

No próximo item, as macro categorias 4.1, 4.2, 4.3, conforme sinalizado no item 3.4 da metodologia, estão analisadas a partir da metafunção experiencial e discutidas com o aporte teórico dos demais subitens.

4.1. Macro categoria 1: Como as pessoas surdas conhecem ou identificam os lugares históricos.

A seguir, trago excertos das respostas à pergunta “O que você sabe sobre a história da sua cidade?” de cada um dos colaboradores. A análise linguística vem logo após cada excerto e as considerações teóricas ao final dessa macro categoria.

Resposta de K.A à pergunta “O que você sabe sobre a história da sua cidade?”

Não conheço muito porque nós surdos não temos essas informações. Precisaria

[P.mental cog]

[fenômeno]

[P.Existencial]

de intérprete, mas não tem. Só tem acessibilidade para pessoas ouvintes.

[Existente] [Cir. de contingência] [P. Existencial] [existente]

Só vi. É difícil ter acessibilidade e precisa ter. É uma pauta muito importante na nossa luta.

[P.mental perceptivo] [Cir. de contingência] [P. Existencial] [P. R. Atributivo] [Atributo] [Atrib Circ. de assunto]

Tiradentes também não conheço. Cadê a acessibilidade que não tem? Tenho vontade

[Circ. Lugar]

[P. mental]

[P.Existencial]

[Existente]

de visitar, mas não tem intérprete.

[existente] [circunstancia de causa]

A falta de conhecimento sobre a história da sua cidade é expressada pelo ator (A.L) através do processo mental (não conheço) e evidenciada pelo fenômeno (não temos essas informações). K.A fala da necessidade do intérprete através do processo existencial (Precisaria), mas destaca a falta do intérprete através do processo existencial (mas não tem). K.A clama pela acessibilidade através do processo existencial da sentença (Cadê a acessibilidade que não tem?) e enfatiza seu desejo de conhecer a história da sua cidade através do processo mental desiderativo (tenho vontade) e reforça a barreira comunicacional pela falta de intérprete pelo processo existencial (não tem intérprete).

Resposta de A.L à pergunta “O que você sabe sobre a história da sua cidade?”

Não conheço muitas coisas. Conheço algumas coisinhas bem poucas

[Eu/ator] [P.Mental Cog.]

[Fenômeno]

[P.Mental.Cog]

[Fenômeno]

e a dificuldade que tem é porque não tem intérprete para explicar.

[P.Existencial]

[P.Existencial]

[Existente]

[P.verbal semiose indicativa]

Por exemplo, eu peço à minha mãe, mas ela sabe pouco e explica pouco.

[Ator] [P.Verbal comando] [Participante] [P.Mental Cognitivo] [fenômeno]

Nesta resposta, o ator-faz indicação de não conhecer tudo sobre a cidade na sentença identificada pelo processo mental cognitivo (não conheço), seguido do fenômeno (muitas coisas). A.L relaciona a sua dificuldade em conhecer a história da sua cidade, apontada pelo processo existencial (a dificuldade que tem), devido à falta de intérprete de Libras, identificado pelo processo existencial (não tem). A.L sabe pouco da história a partir do que a sua mãe consegue falar. A mãe de AL é identificada como a participante dessa interação.

Resposta de L.S à pergunta “O que você sabe sobre a história da sua cidade?”

Quando eu estudava em uma escola, a professora contou

[ator] [P.Material] [circunstância] [Participante] [P.Verbal]

um pouco da história, mas tem muito tempo e foi muito raso.

[escopo-processo] [P. relacional atributivo]

Mostrava um mapa e apontava as igrejas. Nunca fiz visita guiada.

[P.Material] [circunstância] [P. Material]

Os museus eu só conheço por foto.

[Identificador] [experienciador] [P.Mental cognitivo] [circ. de modo]

O pouco da história que L.S teve acesso é identificada pelo processo relacional atributivo (foi muito raso) e a mediação dessa narrativa foi pela participante (professora), quando L.S ainda estudava. Pelo processo relacional circunstancial (tem muito tempo), é possível supor que L.S não se lembra da história que foi contada, porém, o uso de recursos visuais identificado pelo processo material (mostrava um mapa) permitiu que L.S se lembrasse dos lugares de visitação (e apontava as igrejas). Assim como os outros, L.S relata que nunca fez visita guiada, identificada através do processo material (nunca fiz).

Resposta de T.F à pergunta “O que você sabe sobre a história da sua cidade?”

Não conheço a história da cidade. Sei que ela é muito antiga, é bonita e

[P.Mental] [Fenômeno] [P. Mental] [Fenômeno] [P.Relacional atributivo] [Atributo]

muita gente vem visitar.

[circunstância]

T.F também não conhece a história da sua cidade e essa afirmação está referendada pelo processo mental (Não conheço). O colaborador ainda aponta atributos da cidade (antiga, bonita) e sinaliza que a cidade recebe turistas a saber pelo processo material (muita gente vem visitar).

Resposta de F.A à pergunta “O que você sabe sobre a história da sua cidade?”

Conheço muito pouco da história. Uma vez eu fui com uma pessoa que sabe

[P. Mental] [fenômeno] [ator] [Participante] [P.Mental Cognitivo]

libras e ela foi interpretando as histórias. Mas não conheci muito.

[fenômeno] t [P.Mental cognitivo]

Assim como L.S, F.A também teve a oportunidade de fazer uma visita acessível em Libras. Apesar do ator (F.A) dizer estar acompanhado do participante (uma pessoa que sabe Libras), ainda assim a visita não foi completamente satisfatória e isso pode ser percebido pelo processo mental cognitivo na sentença (não conheci muito).

4.2 Macro categoria 2: Dificuldades enfrentadas pelas pessoas surdas.

A formação dessa macro categoria se deu a partir da necessidade de tomar conhecimento das dificuldades com que os surdos se deparam quando pretendem visitar algum lugar histórico da sua cidade. A análise linguística vem logo após cada excerto e assim como na macro categoria 4.1. A pergunta tomada como referência para discorrer sobre essa macro categoria é a mesma da macro categoria anterior por não ter uma pergunta específica sobre as dificuldades, mas os elementos linguísticos respondem tal questão. As discussões teóricas desta macro categoria são feitas com base nas teorias resenhadas nas interlocuções teóricas.

Resposta de K.A à pergunta “O que você sabe sobre a história da sua cidade?”

Aqui na cidade as pessoas não sabem, mas falta intérprete, falta informação.

[Cir. de lugar] [experienciador] [P.Mental] [fenômeno]

É interessante ver. Eu já fiz uma visita com minha família, só que minha família,
 [P. Relacional] [Atributo][Circ. modo] [Ator] [P.Material] [circ. de acompanhamento] [Experienciador]

o pouco que sabe da Libras consegue me passar, mas não é uma história completa,
 [P.Mental] [fenômeno]

que consegue contemplar tudo de verdade, do jeito que a história é.
 [fenômeno]

A dificuldade considerada por K.A é sinalizada pelo processo existencial (falta intérprete) o que evidencia que a falta de acessibilidade linguística torna uma barreira para conhecer os espaços, vista pelo fenômeno (**falta informação**). K.A reforça sua curiosidade pela história da sua cidade pelo processo mental (é interessante **ver**). Ainda que esteja na companhia da sua família, K.A não se sente contemplada com a sinalização muito rasa, identificada pelo processo material (o pouco que **sabe**), e aponta falta pelo processo relacional identificativo (**não é uma história completa**).

Resposta de A.L à pergunta “O que você sabe sobre a história da sua cidade?”

Quando eu estudava, o intérprete ia nas visitas, mas nos passeios particulares
 [Ator] [P.Material] [participante][escopo-entidade]

não tem intérprete. Quando chama particular, nem sempre os intérpretes estão
 [P. existencial] [existente] [P. verbal] [receptor] [relato]

disponíveis. Por isso que é bom ter intérprete nos lugares de visita.
 [P.relacional] [P.Existencial] [existente] [cir. de lugar]

A.L nos conta que já fez visita na sua cidade, porém, não teve acesso ao que foi contado devido à falta de intérprete, identificado pelo processo existencial (não tem intérprete). A.L ainda reforça a dificuldade de encontrar intérprete de Libras a partir do processo verbal (chamar) e, através do relato, nos mostra que nem sempre os TILS estão disponíveis. Por fim, A.L reforça, a partir do processo relacional (bom) e do processo existencial (ter) e do existente (intérprete), a existência do TILS nos lugares de visitação.

Resposta de L.S à pergunta “O que você sabe sobre a história da sua cidade?”

Não consigo conhecer a história da cidade porque não tem intérprete

[P. Mental]

[circ. de assunto]

[Processo existencial]

disponível aqui nos lugares de visita.

[Existente]

O ator (L.S) destaca, a partir do processo mental (Não consigo conhecer), a sua dificuldade de tomar conhecimento da história da sua cidade devido à falta de intérprete de Libras que está marcada pelo processo existencial (não tem intérprete disponível nos lugares de visita).

Resposta de T.F à pergunta “O que você sabe sobre a história da sua cidade?”

Visitei dois museus, mas só fiquei olhando, não tinha intérprete.

[P.Material]

[Meta]

[experienciador]

[Processo existencial]

T.F realça, através do processo existencial (não tinha intérprete), a falta de acessibilidade linguística. Ainda assim, na condição de experienciador T.F não teve sucesso nas suas idas aos museus e isso pode ser percebido na sentença “só fiquei olhando”, em que há um processo comportamental.

Resposta de F.A à pergunta “O que você sabe sobre a história da sua cidade?”

Não conheci muito.

[elemento interpessoal] [Processo Mental] [circunstância]

F.A é uma pessoa oralizada e sabe a Libras. Nas suas respostas, que seguem em anexo não foi identificada nenhuma dificuldade.

Com base nas análises linguísticas dos excertos das macro categorias 4.1 e 4.2, o identificador da barreira linguística que as pessoas surdas enfrentam é a falta de intérprete de Libras. Essa contestação vai de encontro ao que está estabelecido no inciso IX da Lei de acessibilidade e inclusão, Lei nº 10.098/2000, trecho que está incluído na Lei Brasileira de Inclusão - LBI Lei nº 13.146/2015, que indica a Libras como uma das opções de comunicação e forma de interação das pessoas surdas. Ao não ter o intérprete para mediar a comunicação entre surdos e ouvintes, a imersão narrativa de uma visita guiada é comprometida.

A visitação guiada pelos patrimônios históricos amplia o conhecimento e sendo acessível em Libras possibilita que as pessoas surdas possam replicar informações à sua comunidade. A interação narrativa sobre a história da cidade abre possibilidades para compreender e atribuir significados diferentes sobre relatos importantes e memoráveis. (Romero, 2020).

Desse modo, as narrativas têm inestimável valor para a história, sobretudo porque as narrativas nos mostram o lugar do sujeito e, conforme Romero (2013), elas nos permitem penetrar em mundos e culturas, transformando as nossas identidades.

Partindo do pressuposto de que as narrativas oferecem interações dialógicas por influência do ambiente, haverá, portanto, possíveis mudanças nas identidades das pessoas surdas ao longo do tempo. Conforme Bauman (2005) aponta, as identidades são dinâmicas e influenciadas pelo contexto social, pelas oportunidades e por meios que estão disponíveis.

Com base nas construções teóricas apresentadas, é necessário reforçar que o acesso à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer para as pessoas com deficiência, em par de igualdade a qualquer pessoa, está posto no capítulo IX da Lei Brasileira de inclusão e, portanto, o poder público tem o dever de garantir acessibilidade linguística para as pessoas surdas, cumprindo o que está estabelecido no § 2º do Artº 42 da LBI:

§ 2º O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. (BRASIL, 2015).

Ainda que se tenha leis que claramente estabelecem o direito das pessoas, falta muito interesse do poder público para executar e permitir que as pessoas façam gozo dos seus direitos. É ruim pensar que as pessoas surdas não podem interagir socialmente devido às barreiras linguísticas.

Na resposta de resposta de K.A à pergunta “O que você sabe sobre a história da sua cidade?”, constata-se a proclamação por acessibilidade através do processo relacional identificativo (**É**), seguido do identificador (**uma pauta**), atributo (**muito importante**) e circunstância de assunto (**na nossa luta**). Isso reafirma que a acessibilidade linguística para as pessoas surdas ainda não está sendo efetivada da forma que deve ser e reforça que a inclusão deve ser discutida ferozmente. A inclusão social é um processo de melhoria das condições e participação na sociedade (ONU,2016; OXOBY, 2009; SASSAKI, 1997). Inclusão implica participação e direitos iguais.

A partir do elemento circunstancial (**quando**, ator (**eu**), processo material (**estudava**), participante (**o intérprete**) e processo material (**ia nas visitas**) verifica-se que

alguns participantes já tiveram a oportunidade de conhecer alguns lugares acompanhados do intérprete de Libras. Com base nos termos do Decreto 5.626/2005, a presença do TILS na educação é uma das garantias de acesso e permanência da pessoa surda durante a sua vida escolar. A educação tem um papel fundamental no curso da vida dos surdos, tendo em vista que é neste meio que o surdo aprende a Libras, constrói parte da sua identidade, entende a cultura surda e tem várias outras oportunidades de acessar espaços e conhecimentos que são mais complexos de alcançar sem acessibilidade.

É fundamental destacar a cultura e a identidade surda nessa discussão porque vimos que há diferentes identidades surdas, como Perlin (2011) assevera que as identidades surdas são complexas e diversificadas, pois depende do contexto em que a pessoa surda nasce e vive.

Compreender que existem diferentes identidades surdas nos sugere as possíveis formas de acessibilidade linguística. Como já vimos no item 3.1.1, as identidades surdas são classificadas em seis características e usufruindo dos conceitos de Perlin (2011), vimos que há surdos oralizados, há surdos que sinalizam, há surdos que sinalizam e oralizam, que há surdos que não tem contato com a comunidade surda e que há surdos que são tratados de forma capacitista.

Desta forma, a próxima macro categoria apresentará sugestões de acessibilidade com base nas experiências dos colaboradores deste trabalho, discutindo com o que já foi apresentado nas considerações teóricas.

4.3 Macro categoria 3: Sugestões de acessibilidade.

Essa macro categoria traz as sugestões de acessibilidade dadas pelos colaboradores. As sugestões estão analisadas sob o viés da linguística sistêmico funcional e, ao final das análises, os excertos são relacionados com trabalhos existentes conforme discutido na introdução deste trabalho e as interlocuções teóricas desta pesquisa.

Resposta de K.A à pergunta “Qual/quais sugestão/sugestões você dá para que os museus recebam os surdos?”

Precisa de intérprete fisicamente. O uso de robôs nem sempre é bom.

[P. Existencial] [Existente] [circ. de modo] [P.Relacional] [Atributo]

Quando precisa de interpretação simultânea, com o intérprete presencial é melhor.

[circunstância] [Proc relacional atributivo]

Neste excerto, K.A sugere, com convicção, que a presença de intérprete de Libras presencialmente é melhor quando comparado com o uso de avatares de aplicativos. É possível constatar essas afirmações através do processo existencial e existente (precisa de intérprete) e do processo relacional e atributo (o uso de robôs nem sempre é bom).

Resposta de A.L à pergunta “Qual/quais sugestão/sugestões você dá para que os museus recebam os surdos?”

Na minha opinião, nas escolas, nas faculdades, grupos de pessoas de fora

[Alvo]

precisam ter acessibilidade com intérprete de Libras ou uma pessoa surda que

[P. existencial]

[Existente]

conhece a história para contar a história. Então, ter o intérprete de Libras é

[P.Mental cog.] [Fenômeno] [P.Verbal] [Alvo]

[P. Relacional Atributivo]

super importante nesses ambientes. Mas se não tem o intérprete num ambiente desse,

[Circunstância de modo] [Circ. de lugar] [P.Existencial] [Existente] [Circ. de lugar]

poderia ter uma tela ou um dispositivo de vídeo que seria mais fácil de acessar.

[P.Existencial]

[Existente]

[Circ. de modo]

“Ah, tem uma tela! Então, vou usar porque vai contar a história” ou

[P.Existencial] [Existente] [Ator] [P.Material]

[Escopo-processo]

com intérprete de modo presencial. É uma coisa muito importante para mim.

[Participante]

[Circ. de modo]

[P.relacional]

[Atributo circunstancial]

Através do processo existencial (ter) A.L indica o intérprete de Libras ou uma pessoa surda que saiba Libras e que tenha conhecimento da história da cidade para guiar pela cidade. Outra sugestão dada por A.L é o uso de dispositivos de vídeo e considera, pela circunstancia de modo, que o uso desse dispositivo facilitaria o acesso. Mesmo que considere a tela um facilitador, A.L reforça que o participante “intérprete” é importante, reforçando essa necessidade através do atributo circunstancial “muito importante para mim.”

Resposta de L.S à pergunta “Qual/quais sugestão/sugestões você dá para que os museus recebam os surdos?”

Bom ter informações da cidade, no *youtube*, com intérprete, para ter acesso fácil.

[P. Relacional atributivo] [Circ. de modo] [participante] [Circunstância de modo]

Adotar o meio visual por vídeo é a sugestão de L.S e sinaliza que esta modalidade de acessibilidade deve contar com o participante “intérprete” e pondera, através da circunstância de modo que é uma forma de “ter acesso fácil”.

Resposta de T.F à pergunta “Qual/quais sugestão/sugestões você dá para que os museus recebam os surdos?”

Minha sugestão é ter intérprete de Libras, também capacitar guia de turismo,

[Identificador] [P.Relac. identificativo] [identificado] [P.Material] [Meta]

pedir alguma instituição um intérprete para visita.

[P.Verbal] [alvo] [participante] [circunstância de causa]

T.F se manifesta pelo identificador “minha sugestão” fazendo sua sugestão de ter o intérprete de Libras. Outra consideração de T.F é fomentar a acessibilidade com os guias de turismo da cidade. Essa ação é identificada pelo processo material “capacitar”. T.F também sugere parceria com instituições, conferida pelo processo verbal “pedir” para o alvo “alguma instituição”.

Resposta de F.A à pergunta “Qual/quais sugestão/sugestões você dá para que os museus recebam os surdos?”

Minha sugestão é ter acessibilidade com intérprete, ter aplicativo no celular

[Identificador] [P. Relac. Identificativo] [identificado] [P.Relacional possessivo] [circunstância de modo]

com a história da cidade, aproveitando a tecnologia.

[Circ. de assunto]

F.A considera que aplicativo para celular seja um facilitador para ter acesso à história da cidade. Ainda que seja por meio de aplicativo de celular, F.A não dispensa o intérprete de Libras nesse processo, afirmado, portanto, pelo processo relacional identificativo “ter acessibilidade” e pelo identificado “com intérprete”. Nessa macro categoria, identifiquei que as sugestões de acessibilidade linguística, em sua maioria, indicam a presença de intérprete de Libras fisicamente. Essa constatação é referendada pelo processo relacional atributivo (**precisa**) e atributo (**fisicamente**).

Sugere-se também o uso de tecnologias de vídeo em plataformas digitais e o uso de aplicativos de celular. Tomo como exemplo o que foi trazido na introdução em que alguns museus adotaram a acessibilidade nos meios digitais. O Espaço do conhecimento da UFMG, conforme mencionado em capítulo anterior, tem uma tradutora e intérprete de Libras humana, além de usar o recurso da legenda tipográfica. Cabe ressaltar que a legenda tipográfica também é um recurso de acessibilidade linguística. Com base no Artº 28, inciso IV, a língua portuguesa deve ser ofertada na modalidade escrita para as pessoas surdas no processo de alfabetização. Esta ação, juntamente com o ensino da Libras como primeira língua, promove o máximo desenvolvimento das habilidades intelectuais (Brasil, 2015). A Libras é uma língua gestual-visual, ou seja, é uma língua produzida por movimentos corporais, sendo as mãos as principais nesta execução e percebidos visualmente (Lourenço, 2015). Sendo assim, uso das telas viabiliza a promoção da acessibilidade para o público surdo.

K.A usa o identificador (**O uso de robôs**), o colaborador realiza um julgamento negativo em relação ao uso de avatares quando usa o atributo (**nem sempre é bom**). Em seguida, o entrevistado complementa que a sinalização realizada simultaneamente é melhor em relação ao uso de avatares. A robotização da sinalização da Libras não contempla as expressões não manuais e a contextualização. De acordo com Brito (1997), as expressões não manuais incluem alguns componentes importantes como as entonações na língua portuguesa. Esses elementos completam o sentido dos sinais da Libras.

Na resposta de T.F aparece a sugestão de capacitação em Libras de guias de turismo. É uma sugestão desafiadora, sobretudo porque leva tempo para que as pessoas interessadas estejam minimamente fluentes na língua. A curto prazo, é mais adequado que intérpretes de Libras estejam em capacitação para ser possível de acompanhar uma visita guiada. Sugiro também que as próprias pessoas surdas façam cursos de guia de turismo e tornem-se guias surdos, uma possibilidade muito feliz e uma oportunidade de estarem em um meio em que ainda não há representatividade.

Caminhando na direção de que a narrativa é a principal forma de manter a história viva, a replicação da história da cidade histórica através de cursos de capacitação permite que o conhecimento seja construído e as pessoas tenham a sua identidade reconstruída (Moita Lopes, 2001).

Participar ou promover cursos de capacitação, neste contexto, requer a criação de um glossário dos sinais das igrejas, dos museus, das ruas, das praças, das pessoas, dos elementos arquitetônicos e os diversos detalhes que fazem parte da história. Os elementos viso-espaciais de um sinal enriquecem a interpretação e recuam do empréstimo da língua portuguesa com o uso da datilologia ou alfabeto manual para tratar de um elemento da história. Dessa forma, as narrativas ganham contornos visuais mais vivos e, ao ganhar estes contornos, os surdos passam a “reconstruir experiências” (Bruner, 1990).

Nessa mesma resposta, indica-se uma instituição para disponibilizar intérprete de Libras. Pessoalmente destaco a Associação de surdos da cidade como uma possível parceira e como uma entidade de referência para disponibilizar profissionais qualificados para acompanhar uma visita guiada. As associações têm a função de lutar por direitos sociais, promover ações de orientação e esclarecimento e representar um grupo. Por esta razão, é fundamental a inclusão e a participação ativa da associação no movimento que esta pesquisa apresenta.

Em complementação, o quadro que segue na sequência aponta os participantes, os processos, as circunstâncias e apresenta as escolhas linguísticas que representa cada componente do sistema de transitividade. Esse quadro auxilia a responder a terceira pergunta de pesquisa que pretende saber quais os significados prevalecentes nas falas dos surdos traduzidas para o português sobre a questão, por meio de instrumental oferecido pela Linguística Sistêmico-Funcional.

Sendo assim, é possível ver que o processo existencial aparece com maior frequência através dos verbos ter e precisar. É muito significativo que a grande maioria dos processos sejam existenciais porque isso indica que existe ou acontece alguma coisa (Halliday e Matthiessen, 2004). No contexto deste trabalho, existe a falta de acessibilidade ocasionada pela falta do intérprete de Libras e de outros meios que facilitam o acesso linguístico da pessoa surda. Os processos existenciais são identificados, por exemplo, nas sentenças: “não tem acessibilidade”, “não tem intérprete” o que vai de encontro às legislações que asseguram a acessibilidade da pessoa surda.

Outro dado importante e que é necessário destacar é o segundo grande quantitativo de processos mentais. Os processos mentais são constituídos de processos ligados à experiência de mundo sobre a nossa consciência, conforme Fuzer e Cabral (2014) nos

afiança. Por tanto, com base nas análises linguísticas, os colaboradores surdos desta pesquisa retratam as suas poucas experiências e vivências em visitas a museus e demais lugares históricos, como há na sua cidade que foi motivo da pesquisa. O experienciador (surdo) só relata processos mentais perceptivos em que, linguisticamente está identificada pela sentença “só vi”, comprovando a falta de acessibilidade linguística em Libras, pensando na visita guiada em que o guia de turismo está contando/narrando as histórias de um determinado lugar.

Os processos materiais foram identificados através dos léxicos nascer, crescer, usar, criar e ir e são processos que estabelecem mudanças no fluxo do processo. O processo verbal é identificado por elementos linguísticos do dizer e aqui ele surge com menos frequência e é notado pelos verbos contar, opinar, explicar, pedir. Os colaboradores apresentam seu ponto de vista a partir das suas experiências em visitas na sua própria cidade e manifestam suas sugestões a partir do verbo opinar.

Além dos processos, temos as circunstâncias que são identificadas por manifestações de diversos tipos. Na resposta de A.L à pergunta “você tem vontade de conhecer a história da cidade?”, identifiquei uma circunstância de modo pela palavra “fisicamente” que, neste caso, mostra a sua preferência pelo intérprete de Libras no local para a interpretação. É o modo em que o intérprete deve se apresentar. A circunstância de lugar: aqui na cidade, lugares de visita. A circunstância de frequência: nem sempre, uma vez. A circunstância de acompanhamento: com a escola, com um grupo de surdos, com a família.

Tabela 8: Identificação dos processos, participantes e circunstâncias desse trabalho.

Componentes				Alguns exemplos
Participante		Ator/participante 39		Eu, Ela, a gente, robôs, intérprete,
Processos	Existencial: 36	Existente	36	Intérprete, acessibilidade,
	Verbal	Geral	3	Contar, opinião,
		Experienciador	9	
		Alvo	3	História, grupo de pessoas,
		Semiose	1	Explicar,
comando	1	Peço,		

		Receptor	1	Minha mãe
	Mental	Cognitivo	29	Conhecer, sabe, acho, lembro
		Oração projetada	8	As coisas do museu; já teve intérprete; já perguntei; que não; foi interpretando as histórias; a história da cidade.
		Elemento interpessoal	12	Não
		Desiderativo	4	Vontade, desejo
		Perceptivo	5	Ver
		Fenômeno	29	Mas falta intérprete; nós surdos não temos essas informações; conhecer a história da cidade e fazer passeio guiado; algumas coisas.
		Material	Geral	28
	Meta		5	Para mim; tecnologia; dois museus; Acessibilidade;
	Escopo entidade		3	Ouro Preto; Outros Museus;

			Algumas cidades históricas
		Escopo processo	2 Foi com a escola; Um pouco da história;
		Atributo descritivo	2 2º ano do EM; Como professora
		Atributo resultativo	1 apaixonada
	Relacional		
		Identificativo	2 foi
		Identificador identificado	2 Importante para o desenvolvimento de tecnologias;
		Atributivo	12 é bom; capacidade; muito importante; muito interessante e legal; grande e diferente.
		Atributo	6 Nem sempre,
		Atributo circunstancial	2 É bom, interessante, super importante;
		Possuidor Possuído	4 Museu; cidade; Eu; a história da cidade.
Circunstância		7	Particular;
	Modo	8	Está fechado, modo presencial;
	Lugar	12	Aqui na cidade, lugares de visita

	Frequência	2	Nem sempre, uma vez,
	Acompanhamento	4	Com a escola, com um grupo de surdos; com minha família.
	Causa	10	Mas não é uma história completa; por conta do português; talvez seria interessante; para algumas pessoas; não conheço a história do lugar que eu moro; porque tem muito ouro; consegue acessibilidade.
	Contingência	2	Mas não tem; difícil ter acessibilidade.
	Papel	1	Um intérprete para visita.
	Extensão	1	Uma vez.
	Ângulo	2	Minha sugestão.
	Assunto	3	História da cidade;

Fonte: Elaboração própria.

Diante de toda importante discussão dos dados, retorno às perguntas de pesquisa e as respondo sucintamente, a saber:

1) O que as pessoas surdas sabem da história de sua cidade que é um marco histórico em Minas Gerais?

Conforme já discutido a partir dos excertos, as pessoas surdas colaboradores nesta pesquisa não tem conhecimento sobre a história da sua cidade em razão da falta de intérprete de Libras ou da falta de meios facilitadores de promoção de acessibilidade, como por exemplo, vídeos com acessibilidade linguística através da Libras, uso de aplicativos com avatares.

2) Quais são as sugestões dadas por eles?

Os colaboradores sugeriram o aplicativo para celular, vídeos sobre a história da cidade e com o intérprete de Libras disponibilizados em plataforma de vídeo (por exemplo: *Youtube*) e, por unanimidade, a sugestão é ter intérprete humano, preferencialmente, fisicamente nos museus e em outros espaços de visitação. Outra sugestão é curso de capacitação para guias de turismo. É uma sugestão desafiadora, sobretudo pelo fato de os resultados aparecerem a longo prazo, além de necessitar do interesse dos guias de turismo fazerem o curso.

3) Quais os significados prevaletentes nas falas dos surdos traduzidas para o português sobre a questão, por meio de instrumental oferecido pela Linguística Sistêmico-Funcional?

É notório o apelo por acessibilidade linguística em Libras. Esse apelo está entremeado por justificativas e/ou por desabafos que nos mostra que há desejo em conhecer a história da sua própria cidade e o desejo é identificado pelo processo mental desiderativo (vontade), como pode ser visto no excerto de K.A, no item 4.1. Ainda tomando como exemplo K.A, usando do processo mental (conheço) unido ao elemento interpessoal (não), reforça que não conhece a história da cidade e usa o (nós) como uma representação coletiva de um grupo que se sente excluído de uma interação importante e necessária como a visita a um museu. O fenômeno (não temos essas informações) nos mostra como as pessoas surdas são podadas de ter acesso a informações que, acreditando nas legislações que vimos na discussão teórica, é um direito. Em seguida, questiona-se a acessibilidade através do processo existencial (cadê a acessibilidade que não tem?) quando, na verdade, deveria ter o que está estabelecido em Lei. Outra fala com grande significado é a sentença do processo

mental desiderativo (Tenho vontade), indicando o desejo em conhecer as histórias e esse desejo está acompanhado do fenômeno (mas não tem intérprete), que denuncia o não cumprimento da lei da inclusão e acessibilidade e mais uma vez a barreira comunicacional aparece para a pessoa surda.

4) O que a pesquisa indica como possibilidade de intervenção de acessibilidade comunicacional em pontos históricos tombados pelo IPHAN na cidade alvo?

As indicações de acessibilidade sugeridas pelos colaboradores são: a presença do intérprete de libras fisicamente, vídeos sobre a história da cidade e com acessibilidade em Libras, capacitação em Libras para guias de turismo, guia de turismo que seja surdo e aplicativo para celular.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, pontuamos a importância e a grandiosidade da cultura e das identidades surdas, bem como o significado da narrativa na construção das identidades. Ainda assim, vimos o valoroso trabalho do tradutor e intérprete de Libras, as atuações profissionais do TILS, a sua importância na mediação na comunicação entre pessoas surdas e pessoas ouvintes e, também, as infelizes decisões do governo em relação à colocação do TILS no processo de inclusão, inclusão que é um direito social da pessoa surda. Por fim, as narrativas dos nossos colaboradores surdos foram analisadas com base no Sistema de Transitividade da Linguística Sistêmico-Funcional.

Analisar narrativas pelo Sistema de Transitividade, da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) possibilitou reflexões de como os indivíduos surdos se expressam no mundo material e no seu mundo interior. Além dos construtos da LSF, foi possível deflagrar férteis discussões acerca da importância das narrativas na construção das identidades, tendo em vista que as narrativas compartilham experiências do mundo do ângulo de quem as profere.

Para tanto, conhecer as identidades e a cultura surda foi fundamental não somente porque muitas pessoas não as conhecem, mas, sobretudo, por serem distintas da cultura das pessoas ouvintes. Para aclarar as discussões sobre este assunto, as pessoas surdas que usam a Língua Brasileira de Sinais, língua esta gestual-visual-espacial, precisam de estímulos

visuais para conhecer e perceber o mundo e, por estas e tantas outras questões, tem necessidades específicas que precisam ser atendidas e respeitadas.

Respeitando as identidades dos cinco colaboradores, as narrativas foram realizadas em Libras e gravadas com autorização de todos. Foi estabelecido este método para a coleta das narrativas para que as expressões não-manuais, ou seja, as expressões faciais e corporais de cada colaborador fossem analisadas e traduzidas cuidadosamente para o português na modalidade escrita, preservando a sua intenção e a sua emoção. Não considerar as expressões não-manuais das pessoas surdas no momento em que sinalizam, pode alterar o sentido da sua sinalização.

Considerando este importante parâmetro da Libras, foi possível conhecer os desejos, sonhos, vontades dos nossos colaboradores. Os elementos linguísticos das narrativas ofereceram afirmações do grupo que manifestaram seus desejos por equidade e por acessibilidade linguística na sua língua primária: a Libras. É importante reforçar que a Libras é considerada a língua primária do surdo e a língua portuguesa é uma segunda língua, porém, na modalidade escrita.

A acessibilidade suplicada pelos colaboradores é mediada pelo Profissional tradutor e intérprete de Libras e essa mediação não é encontrada nos museus, nas igrejas históricas, nos casarios e nas visitas que necessitam do guia de turismo. A acessibilidade em Libras é um direito linguístico das pessoas surdas, garantida por Leis e desmembradas a outros instrumentos legais, porém, neste caso, nenhuma legislação em vigência é cumprida, o que acaba construindo muros impossíveis de alcançar vistas.

As pessoas surdas que não têm a acessibilidade linguística em Libras, com intérprete de Libras, têm seu direito social violado. Ser suprimido de acessar fatos culturais é desconsiderar a legislação, mas sobretudo, desconsiderar pessoas, a sua cultura e as suas identidades. O direito social agrupa grandes categorias como o direito ao trabalho, direito à seguridade social, direito de natureza econômica, direito ao acesso à cultura, direito à segurança (Brasil, 1988).

O direito social é reconhecido pela sua importância em proteger setores sociais mais frágeis, a fim de construir uma nação mais homogênea. Esta seara do direito tutela grupos sociais em situação de minoria e necessitam de políticas públicas suficientes para garantir acessos fundamentais à vida humana.

Particularmente, esta pesquisa reforçou mais ainda a importância da profissão do tradutor e intérprete de Libras. A comunicação é algo fundamental para a vida humana, bem como o que se faz a partir dela, como por exemplo, narrar, contar, reproduzir histórias, transformando a vida das pessoas de algum modo. Do ponto de vista pesquisador, este

trabalho me permitiu adentrar em uma área que jamais eu imaginaria conhecer, como por exemplo, a Linguística sistêmico-funcional, além de conhecer mais sobre os conceitos da narrativa e identidades, bem como ter a oportunidade de colaborar com uma pesquisa que carrega um significado importantíssimo que é falar sobre uma história que faz parte da construção do estado de Minas Gerais.

Este trabalho carrega potenciais informações que podem ser prósperas para tomada de iniciativas para garantir e criar meios para que as pessoas surdas, de um modo geral, sejam atores sociais capazes de terem autonomia para acessar lugares acessíveis, independente de qual ferramenta ou instrumento forem usados. Ainda cabe outro questionamento para a questão como, por exemplo, por qual motivo não há políticas públicas locais e estaduais a fim de garantir a acessibilidade? Este trabalho poderá subsidiar calorosas discussões sobre acessibilidade linguística em áreas que ainda se encontram descuidadas.

REFERÊNCIAS

- ALECRIM, Elisane *et al.* Libras no **Museu: Acesso à cultura, história e memória para os surdos**. INES, Revista Espaço, 2020, n° 54. p.167-183.
- ARAÚJO, Bruno Roberto Nantes. **A historicidade do TILS – tradutor e interprete de língua de sinais: do anonimato ao reconhecimento**. albuquerque – revista de história. vol. 7, n. 13. jan.-jun./2015, p. 150-163. Acesso em: 10 jul. 2022.
- BARTHES, Roland. **Introdução à análise estrutural da narrativa**. In: BARTHES, Roland [et al.]. *Análise estrutural da narrativa*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BASTOS, Liliana C. **Contando histórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa**. Caleidoscópio 3(2), 2005. p.74-87.
- BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BERGAMO, Alexandre. SANTANA, Ana P. **Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005. Disponível em: [www.http://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em: 18 ago. 2022.
- BOTIA, A.B *et al* **La investigación biográfico-narrativa en educación**. Ed. Arco Libros Madrid: La Muralla, 2001. S.L.; 1ª edição
- BRUNER, Jerome. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997[1990].
- EGGINS, Suzanne. 2004. **An Introduction to Systemic Functional Linguistics**. London: Continuum.
- ESTANISLAO, Luciane D. **Interpretação comunitária para Surdos: uma revisão das publicações entre 2010 a 2021**. Ribeirao das Neves, 50 p., 2021.
- FIGUEIREDO, Natália D. **A prototipagem enquanto um meio de potencialização da inclusão social e empoderamento de meninas com deficiência**. 2021 Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/9858/Dissertac%CC%A7a%CC%83o%20Nata%CC%81ya%20Duhart%20Figueiredo_P.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 22 jan. 2022.
- FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara R. S. **Introdução à gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. 1 ed. - Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014. Coleção as Faces da Linguística aplicada.
- FONSECA, João J. S. da. **Metodologia da Pesquisa científica**. Universidade Federal do Ceará. 2002. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Apostila_de_metodologia_da_pesquisa_cien/oB5x2SChpSEC?hl=ptBR&gbpv=1&dq=metodologia+de+pesquisa+cientifica&printsec=fro ntcover. Acesso em: 25 jul. 2022.

- GESSER, Audrei. **Libras? que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.
- GUARESCHI, Neuza. **Políticas de Identidade: Novos Enfoques e Novos Desafios Para a Psicologia Social**. *Psicologia e Sociedade*, 12, (1/2), jan./dez.2002, pp. 110-124.
- JESUS, Dánie M. de; URENHA, Sara R. **Construções identitárias de usuários surdos de comunidade vinculada a uma rede social**. *Revista Ecos*, 2018.
- HALLIDAY, Michael A.K. & Ruqaiya HASAN. 1985. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press.
- HALLIDAY, Michael A. K. & Chrstian MATHIESSEN. 2004. **An introduction to functional grammar**. 3rd. ed. London/New York: Arnold.
- MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Halliday's introduction to functional grammar**. 4. ed. London e New York: Routledge, 2014.
- KOZLOWSKI, L. **A educação bilíngüe-bicultural do surdo**. In: LACERDA, C.B.F.;
- NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). **Surdez e abordagem bilíngüe**. São Paulo: Plexus, 2000.
- LABOV, William. **The transformation of experience in narrative syntax**. IN: *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, William & WALETZKY, J. **Narrative analysis: oral versions of personal experience**. IN: J. HELM, *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington Press, 1967.
- MISHLER, Elliot, G. *Storylines. Craftartits' narratives of identity*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Práticas narrativas como espaço de construção de identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista**. IN: RIBEIRO, Branca Telles; LIMA, Cristina Costa; DANTAS, Maria Tereza Lopes (orgs.). *Narrativa, Identidade e Clínica*. Rio de Janeiro: Edições IPUB, 2001
- LETOUZÉ, Nathalie. **A vida secreta das narrativas: técnicas narrativas na ficção contemporânea**. Orientador: Prof. Dr. Rogério da Silva Lima. 2019. 90p. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Departamento de Teoria Literária e Literaturas Programa de Pós-Graduação em Literatura . Brasília, 2019.
- XAVIER, André. ALBRES, Neiva de Aquino (Org). **Libras em estudo: descrição e análise**. – São Paulo: FENEIS, 2012. 145 p. : 21cm – (Série Pesquisas).
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção Social da Identidade e da Diferença**. In: _____. (org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MAGALHÃES, Célia E. A; NÓBREGA, Adriana N. **Narrativa e identidade: Contribuições da avaliação no processo de (re-)construção identitária em sala de aula universitária.** VEREDAS ON-LINE – ATEMÁTICA – 2/2012, P. 68-84 – PPG LINGUÍSTICA/UFJF – JUIZ DE FORA - ISSN: 1982-2243.

MARTIN, J. R.; David Rose, **Working with Discourse: meaning beyond the clause.** London: Continuum. 2005.

MAHEIRIE, Kátia. **Agenor no Mundo: um Estudo Psicossocial da Identidade.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

NANTES, Janete de Melo Nantes. **A constituição do intérprete no ensino superior segundo o olhar dos surdos: um cuidado de si e do outro.** Dissertação (Mestrado) Dourados, 2012. Disponível em:

<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO EDUCACAO/Janete%20de%20Melo%20Nantes.pdf> Acesso: 10 de julho de 2022.

NEGRELLI, Maria Elizabeth Dumont; MARCON, Sonia Silva. Família e criança surda. *Ciência, Cuidado e Saúde, Maringá*, v. 5, n. 1, p. 98-107, 08 set. 2008. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/5146>. Acesso em: 07 mai. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Report on the world social situation.** New York: ONU, 2016. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/rwss/2016/full-report.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2021.

Pesquisa narrativa: histórias sobre ensinar e aprender línguas. Ronaldo Corrêa Gomes Junior - organizador. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 243p.

PERLIN, Gladis T. T. **Identidade Surda.** In Skliar, C. (org.). **A Surdez: um Olhar Sobre as Diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998, pp. 51-72.

PERLIN, Gladis. T. T. **Identidades surdas In: SKLIAR, C. (Org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre, Mediação, 2011.

POCHE, B. **A construção social da língua.** In: VERMES G.; BOUTET, J.(Org.). **Multilingüismo.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

REALES, Liliana. **Introdução aos estudos da narrativa.** Florianópolis : LLE/CCE/UFSC, 2008.106p

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos/MEC. Brasília: SEESP, 2004

ROMERO, Tânia R.S.; Prefácio.In: REICHMANN, C.L. (Org.). **Diários Reflexivos de Professores de Línguas: ensinar, escrever, refazer-(se).** Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2013. p. 9-14.

ROMERO, Tânia R.S.; CASAIS, Allysson .A.S. **Construção Identitária no Processo de Aprendizagem de Língua e Cultura em Autobiografia de Imigrante.**

D.E.L.T.A.(Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada), v. 35, p. 1-28, 2019.

ROMERO, Tania R. S. **Pesquisa Narrativa: Histórias sobre ensinar e aprender línguas.** Ronaldo Corrêa Gomes Júnior - Org. São Paulo, Ed. Pimenta cultural, 2020. 243p, p.86, cap. IV.

SALES, Germana Araújo. **Teoria do Texto Narrativo/** Germana Araújo Sales; Marli Tereza Furtado. – Belém: EDUFPA, 2009. v.6.

SKLIAR, Carlos. **Os Estudos Surdos em Educação: Problematizando a Normalidade.** In _____ (org.). *A Surdez: um Olhar Sobre as Diferenças.* Porto Alegre: Mediação, 1998, pp. 7-32.

THOMPSON, Geoff. 2004. **Introducing functional grammar.** 2nd ed. London: Taylor & Francis Ltd.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Biblioteca Universitária. **Manual de normalização e estrutura de trabalhos acadêmicos: TCCs, monografias, dissertações e teses.** 3. ed. rev., atual. e ampl. Lavras, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/11017>. Acesso em: 04 jan. 2023.

VYGOTSKY, Liev Semiónovitch. **A Formação Social da Mente: o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Idade

- 18-20 anos
- 21-29 anos
- 30-39 anos
- 40-49 anos
- 50-59 anos
- 60 anos ou mais

Escolaridade

- Ensino fundamental
- Ensino médio
- Ensino superior
- Pós-graduação
- Especialização
- Outra opção

Gênero

- Feminino
- Masculino
- Outra opção: _____

1- O que você sabe sobre a história da sua cidade?

Se sim, como você conheceu?

2- O que você gostaria de saber sobre a sua cidade?

3- Você já foi a algum museu da sua cidade?

4- Já teve/tem curiosidade sobre a história da EFOM?

5- Você já sabe qual recurso é usado para ter acesso às histórias?

6- Qual/quais sugestão/sugestões você dá para que os museus recebam os surdos?

7- Pessoas surdas de outras cidades que visitam a sua cidade encontram acessibilidade?

8- Na cidade já intérprete nas visitas guiadas?

APÊNDICE B - RESPOSTAS ÀS ENTREVISTAS

Colaborador K.A

1-Não conheço muito porque nós surdos não temos essas informações. Precisaria de intérprete, mas não tem. Só tem acessibilidade para pessoas ouvintes. Só vi. É difícil ter acessibilidade e precisa ter. É uma pauta muito importante na nossa luta. Tiradentes também não conheço. Cadê a acessibilidade que não tem? Tenho vontade de visitar, mas não tem intérprete.

2 -Tem o museu, mas tem muito tempo que eu fui com um grupo de surdos com o museu, junto com pessoas ouvintes e mesmo assim não tinha intérprete, ficávamos só observando as coisas do museu. Nós surdos temos a vontade de conhecer a história da cidade e fazer um passeio guiado.

3- Não conheço nada da história da estrada de ferro, mas tenho muita vontade de conhecer sobre os trilhos, como que foi construído e porque foi construída a estrada daqui até Tiradentes. Não conheço nada. Então, como que aconteceu tudo isso? Sabemos que tem muitas fotos, mas não temos acesso à história e a importância que ela tem, e como que foi importante para o desenvolvimento de tecnologias, por exemplo. Não sei.

4- Eu só consigo ver algumas coisas pela internet, algumas frases, algumas fotos. Livros não tenho acesso porque não tenho acesso à leitura por conta do português. Tem muitas palavras do português que não entendo. Para mim, isso não é acessível. Se fosse o livro traduzido para a Libras, talvez seria interessante. Alguns surdos tem capacidade de leitura.

5-Na minha opinião, nas escolas, nas faculdades, grupos de pessoas de fora precisam ter acessibilidade com intérprete de Libras ou uma pessoa surda conhecedora da história para contar a história. Então, ter o intérprete de Libras é super importante nesses ambientes. Mas se não tem o intérprete num ambiente desse, poderia ter uma tela ou um dispositivo de vídeo que seria mais fácil de acessar. “Ah, tem uma tela, então vou acessá-la, porque vai contar a história” ou com intérprete de modo presencial. É uma coisa muito importante para mim.

6- Sim. Eu trabalhava em uma escola como professora e tinha intérprete na escola e fomos para São Paulo. Foi muito interessante e legal a visita. Eu me lembro que na escola que eu estudava e tinha um intérprete também e que interpretava para mim, eu estudava 2º ano do EM e eu fui a Ouro Preto e o intérprete acompanhou nessa visita, que foi uma visita da escola e eu fiquei apaixonada com a visita guiada.

7-Não teve.

8-Também não. Aqui em São João as pessoas não sabem, mas falta intérprete, falta informação. É interessante ver. Eu já fiz uma visita com minha família, só que minha família, o pouco que sabe da Libras consegue me passar, mas não é uma história completa, que consegue contemplar tudo de verdade, do jeito que a história é.

Colaborador A.L

1- Não conheço muitas coisas. Conheço algumas coisinhas bem poucas e a dificuldade que tem é porque não tem intérprete para explicar. Por exemplo, eu peço a minha mãe, mas ela sabe pouco e explica pouco.

2- Sim, tenho vontade, mas não tem acessibilidade.

3- Eu nasci aqui na cidade, então eu tenho vontade de saber quem criou aqui, a gente sabe que tem várias igrejas e eu não sei o porque tem essa quantidade de igrejas.

4- Conheço porque na escola tinha visita ao museu, mas não sei muito bem da história.

5-Não conheço, mas tenho curiosidade.

6- Eu nasci aqui, cresci, não conheço a história do lugar que eu moro. Eu acho que o recurso é ter intérprete.

7- Eu tenho vontade de conhecer o museu Tancredo Neves, mas sempre está fechado. Precisa de intérprete fisicamente. O uso de robôs nem sempre é bom. Quando precisa de interpretação simultânea, com o intérprete presencial é melhor.

8- Quando eu estudava, o intérprete ia nas visitas, mas nos passeios particulares não tem intérprete. Quando chama particular, nem sempre os intérpretes estão disponíveis. Por isso que é bom ter intérprete nos lugares de visita.

9- Em Tiradentes, em uma igreja, teve um intérprete uma vez. Ouro Preto já fui, mas foi com a escola e tinha intérprete.

Sugestão: Minha sugestão é que as pessoas surdas marquem um dia de conhecer os museus e as igrejas, que a cidade organize acessibilidade e também que tenha curso básico de Libras para algumas pessoas.

Colaborador L.S

- 1- Quando eu estudava em uma escola, a professora contou um pouco da história, mas tem muito tempo e foi muito raso. Mostrava um mapa e apontava as igrejas. Nunca fiz visita guiada. Os museus eu conheço por foto.
- 2- Sim. Visitei com intérprete da escola. Não conheço a história da estrada de ferro.
- 3- Não consegue conhecer a história da cidade porque não tem intérprete disponível aqui nos lugares de visita.
- 4- As pessoas precisam aprender Libras para saber contar a história da cidade e os museus e lugares de visita ter intérprete.
- 5- Já conheci algumas cidades históricas e nenhuma delas tinha acessibilidade em Libras. Ficamos só olhando as coisas.
- 6- Sugestão: Bom ter informações da cidade no youtube com intérprete para ter acesso fácil.

Colaborador T.F

- 1- Não conheço a historia da cidade. Sei que ela é muito antiga, é bonita e muita gente vem visitar.
- 2- Eu tenho curiosidade de conhecer a história da cidade, porque as igrejas são grandes e diferentes, porque tem muito ouro.
- 3- Visitei dois museus, mas só fiquei olhando, não tinha intérprete.
- 4- Sim, quero saber porque tem maria fumaça.
- 5- Nunca perguntei para alguém a história da cidade.
- 6- Minha sugestão é ter intérprete de Libras, também capacitar guia de turismo, pedir alguma instituição um intérprete para visita.

- 7- Se a pessoa vem com intérprete, consegue acessibilidade. Aqui na cidade não tem disponível nos museus.
- 8- Eu nunca vi intérprete com guia de turismo aqui.

Colaborador F.A

- 1- Conheço muito pouco da história. Uma vez eu fui com uma pessoa que sabe libras e ela foi interpretando as histórias. Mas não conheci muito.
- 2- Eu tenho vontade de saber tudo.
- 3- Já fui com a escola, mas tem muito tempo. Hoje, tem muitos museus fechados, acho que por causa da pandemia. Já visitei outros museus de outras cidades, mas com a escola.
- 4- Nunca tive curiosidade de saber da história da maria fumaça.
- 5- Não lembro se já perguntei.
- 6- Minha sugestão é ter acessibilidade com intérprete, ter aplicativo no celular com a história da cidade. Aproveitar tecnologia.
- 7- Acho que não.
- 8- Não lembro se já teve intérprete.